



Prezado(a) participante! É com grande satisfação que apresentamos o Relatório Anual de Informações de 2024 da Vikingprev

Este documento tem como objetivo fornecer uma visão ampla sobre o desempenho, a gestão e as ações realizadas ao longo do ano, com transparência e clareza.

O ano de 2024 foi marcado por muitos desafios e adversidades, mas avançamos com firmeza e foco nas possibilidades de desenvolvimento e aperfeiçoamento. Permanecemos empreendendo muito esforço e dedicação para aumentar nossa eficiência e elevar a qualidade dos nossos serviços, sempre zelando pela experiência positiva dos nossos participantes, independentemente da fase de sua vida.

Também preservamos o constante compromisso com a melhor gestão dos recursos da entidade e dos participantes, na ambição de obter bons resultados, mas acima de tudo prezando pela segurança. Neste relatório, vocês encontrarão informações essenciais sobre os investimentos da Vikingprev além de um artigo bastante

completo sobre o cenário econômico de 2024 e as perspectivas para 2025.

Por fim, agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho, temos muito orgulho de todas as iniciativas realizadas até agora e seguimos, com otimismo e dedicação, futuro adentro.

Esperamos que você aprecie a leitura e, se tiver qualquer dúvida, estamos prontos para atendê-lo(a).

Atenciosamente,

Vikingprev

Canais de Comunicação

+55 41 3317 8998

adm.vikingprev@volvo.com www.vikingprev.com.br



SOBRE A VIKINGPREV

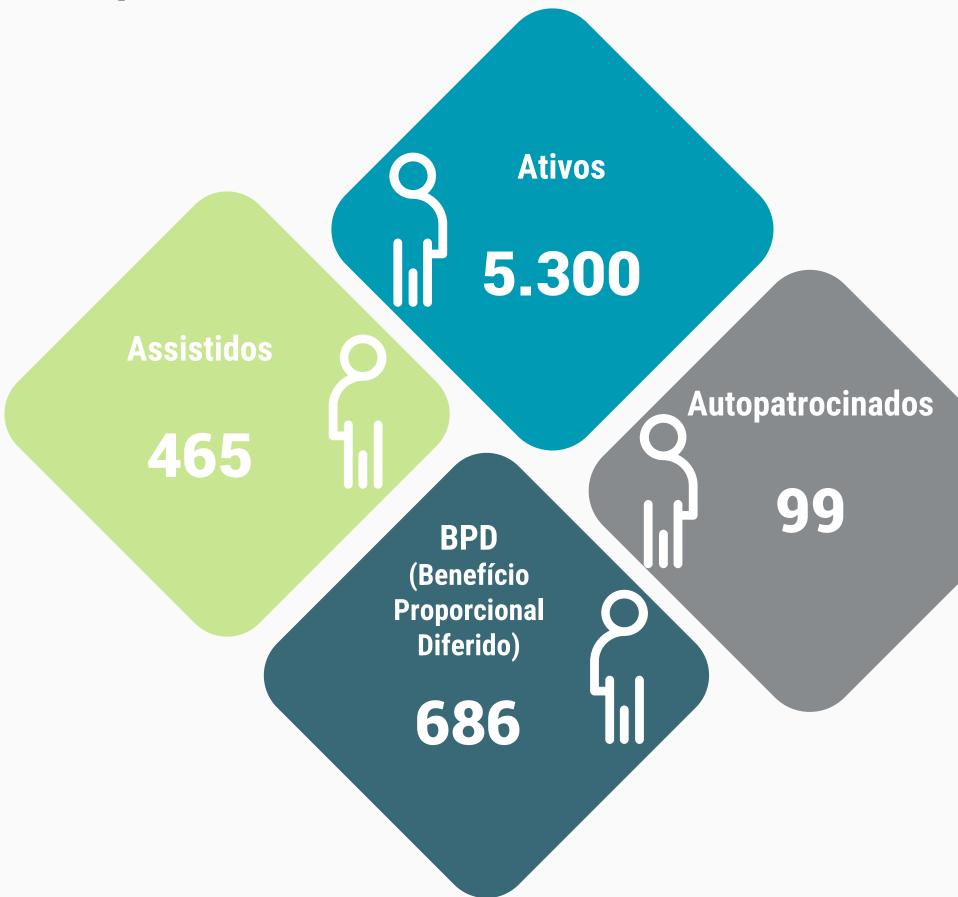
Nosso plano

Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev.

Patrocinadores do Plano

A Vikingprev é uma EFPC fundada em 1994 e patrocinada pelas empresas Volvo do Brasil Veículos Ltda., Associação Viking, Volvo Equipamentos de Construção Latin America Ltda., Volvo Administradora de Consórcio Ltda., Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços Ltda., Volvo Locações e Soluções de Mobilidade Ltda.; Banco Volvo (Brasil) S/A e Vikingprev Sociedade de Previdência Privada.

Participantes





Participantes totais nos últimos 3 anos



6.632 2022



6.297 2023



6.582* 2024

* Incluindo 32 Participantes que estão dentro do prazo para opção do Instituto Obrigatório desejado.

Patrimônio da Entidade em 2024

R\$ 1,2 BI

Contribuições recebidas em 2024

R\$ 46 MI

Benefícios pagos em 2024 R\$ 45 MI





FIQUE POR DENTRO DA VIKINGPREV

Você já acessou a Área do Participante no site da Vikingprev?

Diversos serviços e informações sobre o seu Plano a qualquer hora e com toda a segurança.

Acesse agora mesmo.

Você sabia?

Que se quiser realizar uma Contribuição Esporádica, você pode fazer de maneira bem simples. Basta clicar no pix dinâmico para gerar a chave com os dados da entidade e o valor desejado.

Este e muitos outros serviços para facilitar o seu dia a dia.









EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA PARA OS PARTICIPANTES

2º fator de verificação de segurança

Agora, além do CPF e da senha, o usuário precisa também passar por um segundo fator de segurança: um código que é enviado via WhatsApp ou SMS para o celular cadastrado em nosso sistema. Este processo, chamado Autenticação Multifator (MFA), visa proteger seus dados e tornar o acesso ao nosso site ainda mais seguro.

Mas fique atento! Caso o participante não tenha o celular cadastrado junto à Vikingprev, não será possível acessar o site. Desa maneira, será preciso entrar em contato com a equipe a fim de atualizar o cadastro.

Quer saber mais?

Confira a notícia.

Bate-papo com a Vikingprev

Ao longo de 2024 foram feitos encontros com algumas áreas da Volvo com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o Plano Vikingprev, assessorar os Participantes nas decisões relacionadas a este benefício e levar muita informação relevante para a construção do planejamento financeiro futuro.









Você já conhece o Educa +?

Em novembro a Vikingprev lançou o Educa +, uma plataforma de educação financeira e previdenciária para todos os Participantes.

Nela, você tem acesso a um conteúdo exclusivo incluindo vídeos, podcasts, games e quizzes. E o melhor é que quanto mais você usa, mais pontos acumula!

A cada trimestre, as 5 maiores pontuações ganham brindes como mochila, miniaturas da Volvo e camisetas.

Quer acessar?

Clique no destaque Educa+ pelo <u>site da Vikinprev</u> ou diretamente <u>neste link</u>. Ao acessá-lo, siga o passo a passo para criar sua conta.

Em minutos você ingressará em um espaço de muito conhecimento e prática que vai te ajudar a tomar boas decisões e ter uma vida financeira saudável.





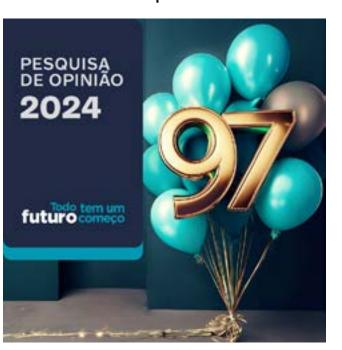




Pesquisa de Satisfação

Atingimos 97% de satisfação!

Esse resultado é um reflexo do nosso compromisso em oferecer a melhor experiência aos participantes. Agradecemos imensamente a todos que participaram e contribuíram com suas valiosas opiniões.



O feedback é essencial para continuarmos melhorando e atendendo com excelência.

Chatbot

Em razão de demandas legais e proteção dos dados pessoais, o nosso WhatsApp agora é um assistente virtual, com todas as informações necessárias e pertinentes ao Plano. Caso as informações disponíveis não atendam as necessidades expectativas do Participante o mesmo pode entrar em contato em nossos canais oficiais 41 3317 8998 e adm.vikingprev@volvo.com

30 anos Vprev

Em 2024 a Vikingprev completou 30 anos de história. Para celebrar, lançamos um selo comemorativo e fizemos diversas ações em todos os canais da empresa, incluindo muitas PESSOAS que fazem parte desta conquista.

Esperamos que os próximos 30 anos sejam tão memoráveis quantos estes que já percorremos. Também queremos escrever muita história fazendo parte da vida dos nossos Participantes.





ATUALIZAÇÃO DA LEI 14.803

Escolha do regime de tributação no recebimento dos recursos

Em janeiro de 2024 foi sancionada a Lei 14.803/2024, que permite que os participantes dos planos de previdência complementar possam escolher a forma que seus recursos serão tributados até o momento da conversão do patrimônio em renda mensal ou no resgate. Até então, esta opção deveria ser feita na adesão ao plano.

Com isso, se você ainda não recebeu os recursos do plano, a opção pelo regime de tributação poderá ser feita até o momento que decidir se aposentar (primeiro benefício) ou ao realizar resgate dos valores acumulados, nas condições previstas no regulamento do plano.

Outro ponto importante desta mesma Lei é a permissão para que assistidos ou beneficiários, em gozo de benefício até o dia 10 de janeiro de 2024, inclusive, possam alterar o regime

tributário de progressivo para o regressivo. No entanto, o contrário (regressivo para progressivo) não é permitido.

Assistidos ou beneficiários antes de 10 de janeiro de 2024:



Progressivo para regressivo



Regressivo para progressivo

Também vale evidenciar que beneficiários de participante podem optar individualmente, desde que o participante falecido não tenha exercido a opção pelo regime regressivo anteriormente.





Uma mudança muito importante para o planejamento financeiro e tributário dos participantes dos planos.

A escolha do regime tributário feita exclusivamente na adesão ao plano não permitia ao participante escolher a melhor opção para sua realidade financeira no momento do recebimento dos recursos. Isso porque esta decisão era tomada, muitas vezes, décadas antes do início da aposentadoria.

Permitir que esta escolha seja feita em uma ocasião mais oportuna foi um grande avanço tanto para os planos de previdência, quanto para os participantes.

Por isso, é muito importante dedicar tempo antes de fazer sua opção. Leia, simule, faça seu planejamento financeiro aliado ao tributário, converse com pessoas que entendem do assunto e, claro, busque ajuda junto à Vikingprev.

Lembrando que a escolha do regime é irretratável, ou seja, não poderá ser alterada posteriormente e, portanto, deverá acompanhá-lo até o esgotamento da sua reserva.

Quer relembrar as opções de regime de tributação? Confira:

São 2 regimes tributários: progressivo e regressivo.

Regime Progressivo

O Regime Progressivo tem alíquota que varia de 0% a 27,5%, dependendo do valor do benefício mensal. Veja a tabela a seguir:

RENDIMENTOS LÍQUIDOS MENSAIS (R\$)	ALÍQUOTA	DEDUZIR
ATÉ R\$ 2.259,20	ISENTA	_
DE R\$ 2.259,21 A 2.826,65	7,5%	169,44
DE 2.826,66 ATÉ 3.751,05	15,0%	381,44
DE 3.751,06 A 4.664,68	22,5%	662,77
ACIMA DE 4.664,68	27,5%	896,00

Tabela válida em abril de 2025. Recomendamos sempre conferir a tabela atualizada em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas

Já em caso de Resgate, o valor resgatado é tributado na fonte em 15%, a título de antecipação do Imposto de Renda. O acerto deverá ser feito na declaração de ajuste anual de Pessoa Física.



Regime Regressivo

No Regime Regressivo a alíquota decrescerá de 35% para 10%, de acordo com o tempo de permanência dos recursos no plano. Veja a tabela a seguir:

PRAZO DE ACUMULAÇÃO DOS RECURSOS	ALÍQUOTA INCIDENTE NA FONTE
Inferior ou igual a 2 anos	35%
Superior a 2 anos, mas inferior ou igual a 4 anos	30%
Superior a 4 anos, mas inferior ou igual a 6 anos	25%
Superior a 6 anos, mas inferior ou igual a 8 anos	20%
Superior a 8 anos, mas inferior ou igual a 10 anos	15%
Superior a 10 anos	10%



O prazo de acumulação para fins de definição da alíquota de tributação aplicável será contado sobre cada contribuição / aporte. No momento de saída dos recursos, serão sempre utilizados os mais antigos, consequentemente com alíquotas mais baixas. Este sistema é conhecido como "PEPS - Primeiro que Entra, Primeiro que Sai".

O imposto calculado, segundo este regime, é definitivo e não permite deduções, tal qual a tributação do 13º salário, ou seja, não há ajuste a ser feito na declaração anual de Imposto de Renda da Pessoa Física.



FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

Você se dedica à sua saúde financeira regularmente?

Um dos presentes da modernidade é a vasta promoção de materiais para pesquisa e estudo na área das finanças pessoais.

A saúde financeira está para o individuo tal qual a saúde física: uma série de informações, sendo imprescindível a análise crítica destes dados para buscar fontes confiáveis, e necessidade de dedicar tempo e esforço para que a teoria se estenda à prática.

A educação financeira é um pilar essencial para impulsionar melhores decisões e proporcionar segurança e estabilidade econômica. Administrar bem o dinheiro, construir patrimônio ao longo dos anos e garantir uma aposentadoria tranquila dependem de escolhas de rotina sendo, muitas delas, aparentemente inofensivas, como o comportamento diário de consumo.

Uma forma de integrar esta mentalidade financeira nas decisões automáticas é por meio da repetição do aprendizado. Quando você se expõe regulamente a uma ideia, após um certo tempo este conceito se torna intuitivo. Neste sentido, a qualidade de suas escolhas financeiras tende a melhorar substancialmente.

Caso tenha o hábito de utilizar redes sociais e internet para pesquisas, conte com a ajuda dos algoritmos. Bastam poucas buscas e cliques para que esses complexos sistemas projetados para ofertar conteúdo personalizado entenda que a educação financeira é um assunto de seu interesse.

Saiba que a educação é a chave dourada para abrir portas no futuro. Uma nova perspectiva financeira fortalece, a princípio, o indivíduo e sua família. No entanto, pouco a pouco, esta consciência é difundida no seu círculo social e beneficia, de forma sistêmica, toda a comunidade por meio de uma cultura mais próspera.







2024, ano de expectativas correspondidas no mercado internacional, mas com volatilidade

Após o bom humor que se espalhou pelos mercados globais nos últimos dois meses de 2023, o ano começou com o típico comportamento de ressaca. Já nas primeiras semanas de 2024, uma enxurrada de dados e informações acendeu a luz amarela e diminuíram as apostas de que o Banco Central dos EUA (FED) poderia, até que enfim, cortar as taxas de juros já em março, embora estas tenham continuado majoritárias na ocasião. Ao decorrer do período, a economia norte-americana continuou registrando dados robustos, com o mercado de trabalho performando acima do esperado, enquanto a inflação voltou a preocupar com números indigestos e que mostravam ser difícil as taxas de juros recuarem tão cedo e de forma tão intensa, como esperado no início do ano.

Com isso, houve uma reversão nas expectativas para os movimentos do FED, gerando um reapreçamento dos ativos, os quais resultaram em menores ganhos no período na renda fixa, enquanto as Bolsas de Valores se apoiaram na boa performance das economias e resultados

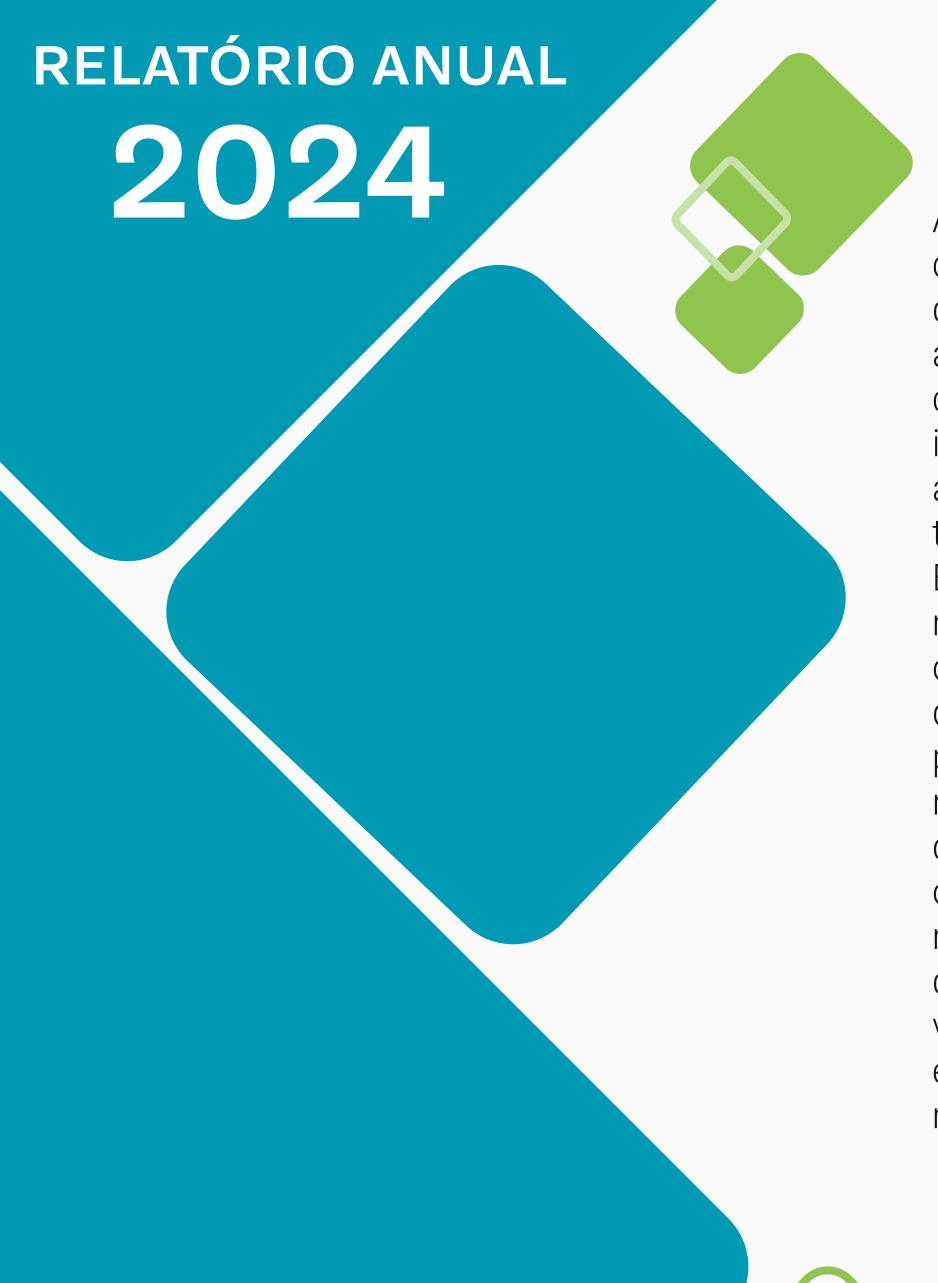
das empresas para apresentaram relevante valorização no trimestre.

O segundo trimestre seguiu com os mesmos assuntos em pauta e com os investidores avaliando a tríade "atividade, inflação e juros" nos EUA para definir seus movimentos. Assim, o período começou com os mercados reagindo mal aos indigestos números de inflação, em decorrência dos ainda fortes dados econômicos por lá. O mercado de trabalho registrou o maior número de vagas criadas em quase um ano, as vendas no varejo continuaram crescendo de forma relevante e bem acima das expectativas e, como consequência, o CPI (correlato ao IPCA no Brasil) surpreendeu negativamente pelo terceiro mês consecutivo, passando a acumular 3,5% em 12 meses (lembrando que a meta de inflação nos EUA é de 2%).

Com o passar dos meses, a economia norteamericana continuou registrando dados robustos, mas passou a mostrar certa acomodação, o que abriu espaço para que a inflação começasse a apresentar números mais positivos, registrando índices abaixo do esperado (embora se mantivesse ainda bem distante da meta).

Mesmo assim, o Banco Central norte-americano somente promoveu a primeira queda de juros de 0,5 ponto percentual no terceiro trimestre (após mais de 4 anos, desde o último movimento nessa direção), ocasião em que também sinalizou espaço para mais um recuo de 50pb até o final do ano, partindo do pressuposto que não haveria cenário de recessão para os EUA. Esse último ponto foi especialmente importante, uma vez que, semanas antes, os mercados haviam passado pela pior primeira semana de setembro desde 1953, com acentuadas perdas e intenso movimento de aversão a risco, devido a dados mais fracos da atividade terem reacendido os receios de que a economia poderia estar desacelerando de uma maneira mais intensa do que o adequado. Porém, adicionalmente à avaliação do FED, outros dados econômicos na direção contrária confirmaram que a dinâmica da atividade norte-americana continuava saudável, desacelerando de maneira condizente em um pouso suave, o que gerou ampla recuperação nos mercados.





Após três trimestres de relevantes ganhos, com as bolsas dos EUA valorizando-se acima de 20% (índice S&P500) e as bolsas globais acima de 17% (índice MSCI World), os mercados caminharam para os últimos meses do ano sob a influência dos mesmos assuntos que dominaram as atenções e as mesas dos analistas durante todo ano. Havia uma forte expectativa de que o Banco Central dos Estados Unidos realizasse mais dois cortes nas taxas de juros durante o ano, após a surpresa com a magnitude do primeiro corte de 50bps. Embora essa possibilidade não tenha sido colocada em dúvida no último trimestre, a divulgação contínua de dados econômicos positivos dos EUA reacendeu os temores de uma inflação mais alta, o que mexeu com as apostas dos investidores em determinados momentos. Adicionalmente, outra variável somou-se à equação "atividade, inflação e juros" e influenciou, de maneira relevante, os mercados: a eleição norte americana.

Desse modo, os primeiros dados de outubro, assim como os demais ao longo do trimestre, com exceção dos números referentes ao mercado de trabalho de novembro (que frustraram, mas influenciados por questões pontuais), corroboraram a resiliência da economia, com alta das vendas no varejo e do índice de confiança das famílias, o que culminou com a divulgação do PIB do terceiro trimestre em robustos 3% de crescimento.

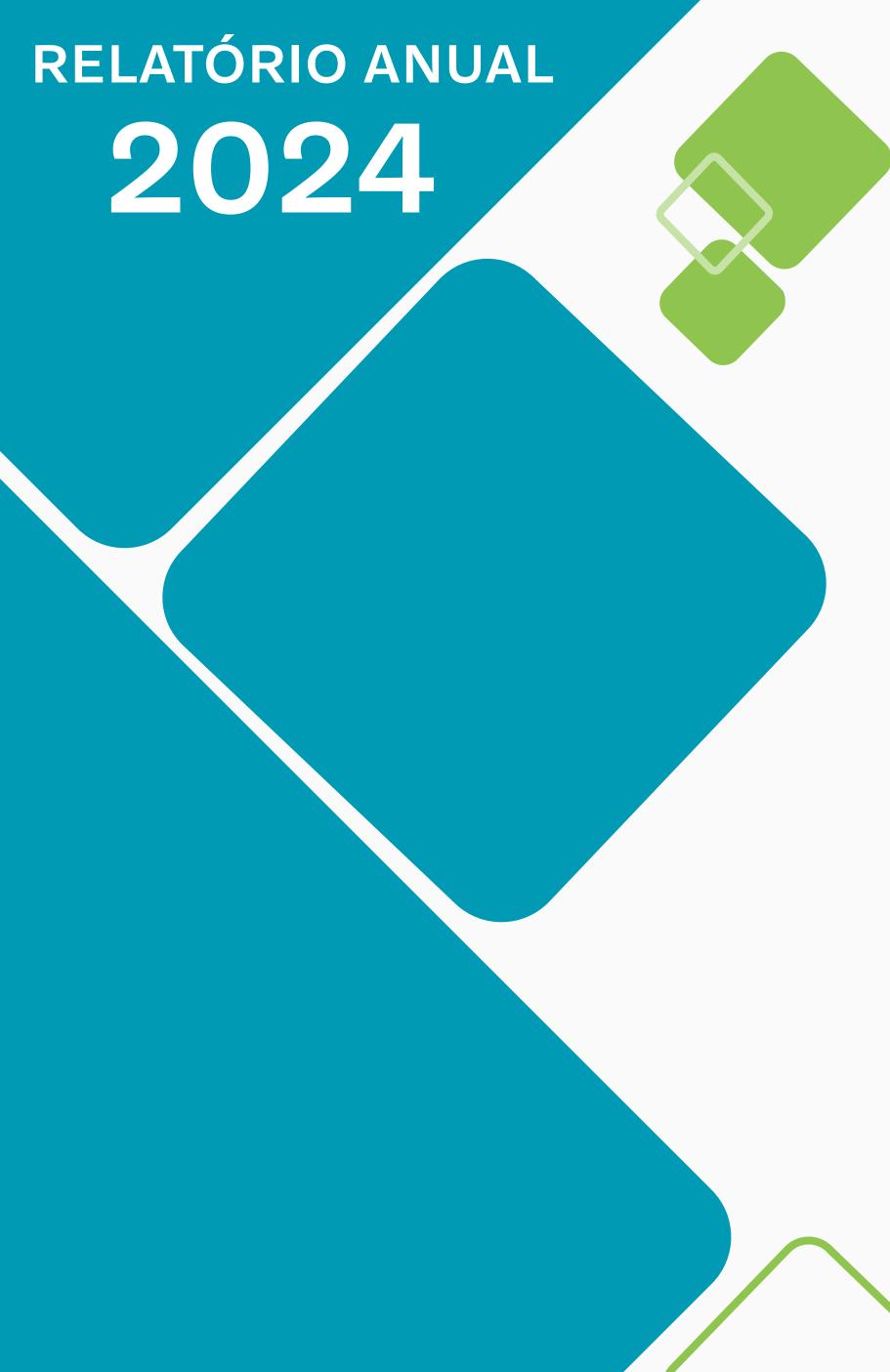
A respeito da eleição, Donald Trump venceu com relevante vantagem o pleito presidencial, e de certa forma inesperada, se considerados os resultados das pesquisas eleitorais registradas às vésperas das votações.

Com uma agenda que pregava diminuição de impostos, aumento do protecionismo e da produção de petróleo e endurecimento com a imigração ilegal, as primeiras reações do mercado norte-americano, e que perduraram durante parte de dezembro, foram a valorização da bolsa e do dólar e a alta na curva de juros.

A combinação de dados econômicos robustos com políticas potencialmente inflacionárias do novo presidente, somada à estagnação do progresso na queda da inflação ao consumidor nos últimos meses do ano, levou o FED a endurecer o discurso na reunião de dezembro, optando por mais um corte de 25pb nas taxas de juros (entre 4,25% e 4,5%). No "Resumo das Projeções Econômicas", a autarquia revisou para baixo suas expectativas de cortes nas taxas para 2025 (agora dois, em vez de quatro), aumentou o nível da taxa terminal prevista para 2026 e ajustou suas projeções de longo prazo para o juro neutro (de 2,875% para 3%) e para a inflação (de 0,3% para 2,5% em 2025).

Como resultado, o período foi marcado por grande volatilidade nos ativos de risco, com outubro sendo um mês mais tranquilo, ganhos expressivos em novembro impulsionados pelos sólidos dados econômicos e pela eleição de Trump, bem como uma realização de lucro com aumento de aversão a risco em dezembro, em resposta à mensagem mais dura do FED e às projeções menos positivas para a inflação e juros em 2025.





No acumulado do ano, o S&P500 registrou novamente alta de dois dígitos, com 23,3% de valorização, impulsionado em grande parte pelos ganhos das ações das empresas de tecnologia e serviços de comunicação (as 7 Magníficas), que representaram sozinhas mais de 50% da alta do índice. O MSCI World, apesar de no último trimestre ter registrado leve desvalorização (0,41%), também registrou uma expressiva alta no ano de 17%.

Apesar do cenário internacional favorável, mais um ano difícil para o Brasil

A boa dinâmica dos mercados internacionais não foi suficiente para suplantar as preocupações e problemas do país em 2024. E, do mesmo modo que no exterior, as notícias em torno de um único assunto (a tríade "atividade, inflação e juros" nos EUA) dominaram a agenda dos investidores e planilha dos analistas, no Brasil não houve espaço para outro assunto senão a situação fiscal do país.

Já no começo do ano, diferentemente ao que ocorreu no último trimestre de 2023,

ocasião em que a alta das bolsas mundiais e o volume maciço de investimento estrangeiro prevaleceram sobre as preocupações internas, não houve boa performance da bolsa de valores internacional que cobrisse "questões" e problemas internos.

É bem verdade que, nos primeiros meses, apesar da alta das bolsas internacionais, as taxas de juros dos títulos norte-americanos registraram importante elevação, o que afetou mais os mercados emergentes do lado negativo do que as altas nas bolsas influenciaram positivamente. Independentemente disso, foi mais uma vez a dinâmica da dívida pública e as discussões sobre o equilíbrio fiscal e meta de déficit primário que concentraram as atenções no trimestre.

Divulgado em fevereiro, o resultado primário do setor público consolidado de 2023 reverteu o superávit de 1,25% do PIB, em 2022, para um déficit de 2,29% e aumentou, ainda mais, as preocupações, mesmo diante da boa notícia à época de manutenção da meta de déficit primário zero para o ano de 2024.



A inflação de serviços não conseguiu se distanciar de forma consistente dos 5%, o índice de difusão subiu novamente para acima de 60%, e o IPCA fechou mais um ano acima da banda superior da meta de inflação. Desde o início do regime de metas de inflação, em 1999, somente em 6 anos a inflação ficou dentro da meta ou abaixo dela, enquanto que nos outros 20 anos, o índice ficou acima da meta (7 desses superando o teto máximo). Diante desse cenário de inflação elevada e pressão nas contas públicas, o Banco Central não apenas teve que interromper o processo de queda na Selic, após promover cortes de 1,25 ponto percentual no primeiro semestre (reduzindo a Selic para 10,5%), mas também precisou iniciar um novo ciclo de aperto monetário, elevando a taxa a partir de setembro até alcançar 12,25% na reunião de dezembro. Esse movimento de reversão também ficou evidente no mercado, por meio das expectativas refletidas no Relatório Focus. Se no início do ano os economistas achavam que a taxa Selic recuaria até 9% no fechamento de 2024, em

junho as expectativas já haviam subido para 10,5% e em outubro para 11,75%. Voltando ao principal foco de problema doméstico, as contas públicas, os números correntes preocuparam ao longo do ano, assim como as sinalizações do Executivo mostraram que não havia intenção de reverter a pauta de altos gastos (tampouco o legislativo sinalizou de outra forma).



Ainda no primeiro semestre, o Ministério da Fazenda promoveu alterações nas metas de resultado primário para os anos de 2025 e 2026, além de adotar metas modestas para 2027 e 2028 (a meta de superávit de 0,5% em 2025 caiu para 0%, a meta de superávit de 1% para 2026 recuou para 0,25%, enquanto para 2027 e 2028 foram fixadas metas de 0,5% e 1%, respectivamente).

Com o passar dos meses, a dívida bruta do governo atingiu 78,5% do PIB e o déficit nominal ultrapassou a marca de R\$1 trilhão, o que exigiu uma ação do executivo para equilibrar as contas. Essa ação veio por meio da promessa de um pacote de corte de gastos, que seria divulgado após as eleições municipais. No entanto, a demora no anúncio do pacote, que só ocorreu no final de novembro, testou ainda mais a paciência e aumentou o estresse dos investidores. A demora no anúncio só não foi pior do que seu conteúdo, uma vez que seu montante foi inferior ao que economistas e analistas julgavam minimamente necessário.

Por fim, embora as contas do governo central tenham sido favorecidas pela arrecadação recorde de R\$2,65 trilhões, permanecendo dentro dos limites do arcabouço fiscal e registrando um déficit primário de 0,09% do PIB, esse resultado só foi alcançado porque os gastos com a ajuda emergencial ao Rio Grande do Sul foram excluídos do cálculo. Sem essa exclusão, o déficit teria subido para 0,36% do PIB.





Com isso, o alto endividamento e as sinalizações de falta de compromisso em alterar a atual trajetória dos gastos cobraram seu preço, resultando em um ano de perdas para todos os ativos de risco.

O Ibovespa caiu 10,36% no ano, influenciado também pela saída de capital estrangeiro de R\$24 bilhões. Na renda fixa, as taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação se ajustaram à nova política monetária mais restritiva e à preocupante situação fiscal e dispararam durante o ano, ultrapassando praticamente em todos os vencimentos os níveis de 15% e 7,3% no final de dezembro. Como resultado, o IMA-B registrou a pior queda do ano em dezembro, acumulando recuo de 3,23% no último trimestre e fechando 2024 em queda de 2,4%, mesmo caminho do IRF-M, que manteve-se por pouco no terreno positivo no ano (1,86%), com a queda de 1,97% do último trimestre.





Renda fixa

O mercado de renda fixa foi influenciado tanto por fatores externos como locais ao longo do ano. De fora, vieram os impactos, em determinados momentos do ano, dos movimentos das taxas de juros dos títulos norte-americanos, principalmente dos títulos de 10 anos daquele país que é conhecido como o "pai da renda fixa mundial".

No cenário doméstico, embora a influência do mercado internacional não possa ser negligenciada, dois fatores locais tiveram um impacto muito mais significativo no comportamento das taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação: a mudança na política monetária, impulsionada pela persistente inflação, e a situação fiscal do país.

Conforme comentado no "Cenário Doméstico", a forte atividade econômica do país resultou em um aumento da pressão inflacionária, o que manteve o IPCA ao longo de todo ano distante da meta estabelecida pelo CMN de 3% (com intervalo de 1,5 pontos percentual para mais ou para menos). Em resposta, o Banco Central não apenas interrompeu o processo de redução da Selic, após realizar

cortes de 1,25 ponto percentual no primeiro semestre (levando a Selic para 10,5%), mas também iniciou um novo ciclo de aperto monetário, elevando a taxa a partir de setembro até atingir 12,25% na reunião de dezembro.

No lado fiscal, o aumento relevante da dívida pública e do déficit nominal, somados à sinalização de uma manutenção da agenda de excessivos gastos para 2025, fizeram as taxas dos títulos escalarem ao longo de todo ano, terminando o período nos maiores níveis dos últimos 10 anos.

Assim, as taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação de curto prazo se ajustaram à inflação resiliente e à mudança da política monetária promovida pelo Banco Central, enquanto as taxas dos títulos de médio e longo prazos refletiram a pior situação estrutural do país. Como resultado, as taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação dispararam e ultrapassaram, em praticamente todos os vencimentos, os níveis de 15% e 7,3% (respectivamente) no fechamento do ano, levando o rendimento do IMA-B e do IRF-M ao registrarem os piores resultados dos últimos anos, com queda de 2,4% do primeiro e retorno levemente positivo do segundo (1,86%).





Renda variável

Assim como na Renda Fixa, a boa dinâmica dos mercados internacionais não foi suficiente para suplantar as preocupações e problemas do país e impulsionar o mercado de renda variável doméstico. Se por um lado, as taxas mais atrativas dos títulos de renda fixa nos EUA e a boa performance de seu mercado acionário drenaram recursos estrangeiros da bolsa local, por outro, a situação estrutural frágil das contas públicas completou o cenário e contribuiu para a saída do investidor estrangeiro do mercado doméstico (o resultado foi uma saída de capital estrangeiro de R\$24 bilhões).

Mesmo com uma atividade econômica robusta e bons resultados das empresas com ações negociadas em bolsa, as notícias negativas sobre as contas públicas, que tornaram o presente difícil e o futuro incerto, juntamente com a saída de capital estrangeiro, foram os principais fatores que contribuíram para a queda de 10,36% do Ibovespa no ano.

Foram poucos os momentos em que a Bolsa local conseguiu imprimir um bom ritmo, com destaque para os meses de julho e agosto, sendo que, em 8 meses, o mercado acionário registrou retornos negativos (com quatro meses consecutivos, de setembro a dezembro).

As performances entre os setores foram mais uma vez bastante discrepantes, com ganhos expressivos nos setores de bens de capital, alimentos e bebidas, e saneamento, enquanto os setores de educação, construção civil, varejo e mineração e siderurgia registraram quedas relevantes. Dos 17 setores da Bolsa, apenas 5 fecharam o ano no terreno positivo, com os demais 12 variando entre quedas de 12% e 65%.





Estruturado

O Segmento Estruturado, representado pelos fundos Multimercado, voltou a registrar um ano desafiador em que os principais gestores não conseguiram agregar os prêmios esperados pelos investidores (entre 1 e 3 pontos percentuais acima do CDI, dependendo da volatilidade do fundo).

Conhecidos por serem veículos que podem utilizar estratégias em vários mercados (renda fixa, ações, moedas, internacional, commodities etc), inclusive montando posições que podem gerar ganhos se o mercado não performar bem, a maioria dos fundos sequer conseguiu superar o CDI, tendo encerrado o ano com retorno médio de 5,76% (representado pelo índice IHFA do segmento) contra o CDI de 10,88%.

Exterior

Mais um período de relevante performance para as bolsas globais evidenciou a importância dos investimentos no exterior, não só pela possibilidade de investir em outros ciclos econômicos e setores, como também em uma moeda forte.

O MSCI World, que representa uma cesta de ações globais, registrou alta de 17% no ano, enquanto o S&P500 subiu em nove dos dozes meses do ano, acumulando ganho de 23% influenciado pela performance das ações do setor de Tecnologia e Serviços de Comunicação. Somente as 7 Magníficas (Alphabet, Amazon, Apple, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla) representaram mais da metade do resultado do S&P500 no ano.

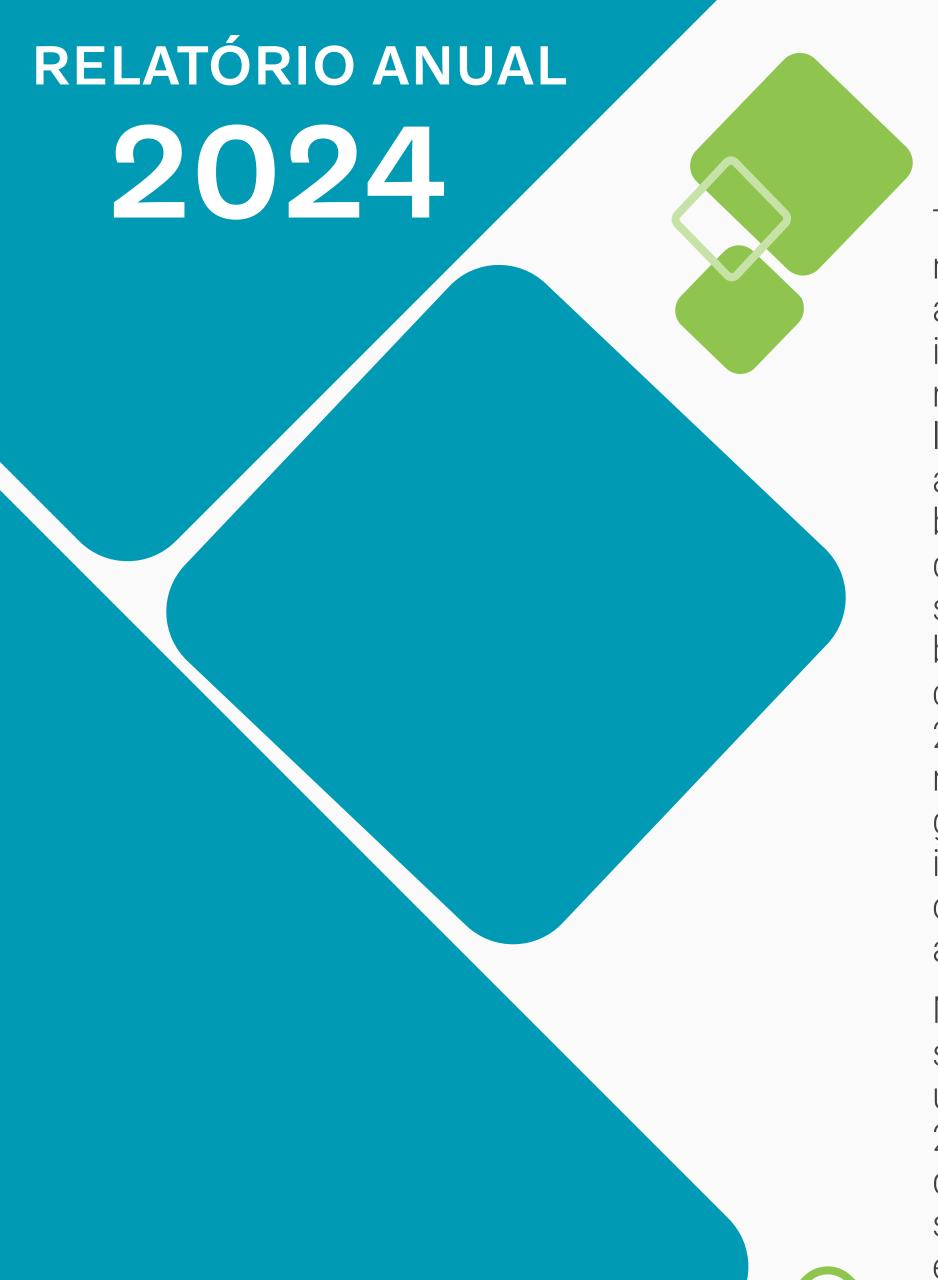
Vale comentar que como grande parte dos investidores aplicam no mercado internacional expostos à variação cambial, a valorização do dólar de quase 28% frente ao Real impulsionou ainda mais a performance desse segmento.

O que esperar de 2025

O ano de 2025 começa dividido entre certezas e dúvidas. A certeza de que a economia norteamericana saiu forte de um período muito longo de altas taxas de juros, o que torna muito improvável que ela caminhe para outro cenário se não o de desaceleração saudável. Por outro lado, uma dúvida derivada desse ponto é como a inflação se comportará ao longo do ano, não só porque ainda falta o last mile para que o PCE alcance nível esperado pelo FED (índice seguido pelo Banco Central dos EUA em seu regime de metas), mas também porque há uma dúvida importante de como as políticas imigratórias e de tarifas do novo governo Donald Trump vai impactar os preços dos produtos e serviços. Esses pontos afetam também outra variável relevante para o cenário mundial, que é o comportamento das taxas de juros dos EUA, uma vez que o ano de 2024 terminou com um discurso duro do FED (BC dos EUA) acerca de suas expectativas para 2025 (inflação e taxas de juros maiores em relação ao esperado anteriormente). Mesmo diante disso, não parece haver espaço para uma reversão nos movimentos esperados de queda dos juros, mesmo que esses demorem mais para ocorrer, mas a velocidade e intensidade deles

podem influenciar, e influenciarão, a dinâmica dos mercados ao longo do ano.





Tudo mais constante, o cenário é construtivo no mercado internacional. A economia norteamericana continuará com boa dinâmica, a inflação caminhará para níveis mais próximos à meta do FED (mesmo que seja de maneira mais lenta) e as empresas estarão em um ambiente ainda favorável para continuarem performando bem, sustentando a bolsa de valores. É claro que, como dito, há dúvidas e elas não devem ser desconsideradas. Os valuations atuais da bolsa tornam mais limitadas as valorizações, os conflitos geopolíticos ainda persistem (embora 2024 tenha terminado com possibilidades de resoluções promissoras) e a chance de uma guerra comercial maior gerar um repique inflacionário nos países depende muito de como o novo presidente norte-americano irá impor sua agenda econômica.

No Brasil, o cenário de dúvidas e certezas também se aplica, embora as certezas atuais configurem um cenário bem mais desafiador e difícil para 2025 do que no cenário internacional. As certezas de que os números correntes das contas públicas serão negativos para a performance da economia e dos mercados, se somam à dúvida de que se o atual governo acelerará as políticas populistas

diante de índices de aprovação historicamente baixos. Apesar de o governo ter entregado em 2024 o resultado primário dentro dos limites estabelecidos pelo Arcabouço Fiscal, é sabido que muito do resultado obtido foi fruto de uma arrecadação recorde (que pode não se repetir e até mesmo ser menor) e de alguns gastos relevantes terem ficado fora das regras fiscais (como os gastos com o socorro ao Rio Grande do Sul). Nesse sentido, investidores avaliarão muito mais a dinâmica da dívida bruta do que os números do arcabouço e as sinalizações contidas no relatório Focus, no momento em que esse texto está sendo escrito, apontam para um comportamento crescente da dívida.

Do lado da política monetária e da inflação, após mais um ano em que o Banco Central não conseguiu entregar o IPCA na meta estabelecida pelo regime de metas (nem dentro de seus limites), os riscos fiscais e estruturais do país que nos levaram a uma taxa de juros real neutra em 5%, segundo o próprio BC e a inflação persistente dos serviços, dos alimentos e o alto nível de difusão, provavelmente farão com que a taxa Selic permaneça em um nível restritivo relevante, de modo a esfriar a atividade.

O quanto o crescimento desacelerará não é fácil de prever, ainda mais diante das políticas de transferência e parafiscais do governo, mas é esperada uma queda na atividade, que, mesmo assim, deve se reverter em um PIB em torno de 2%.

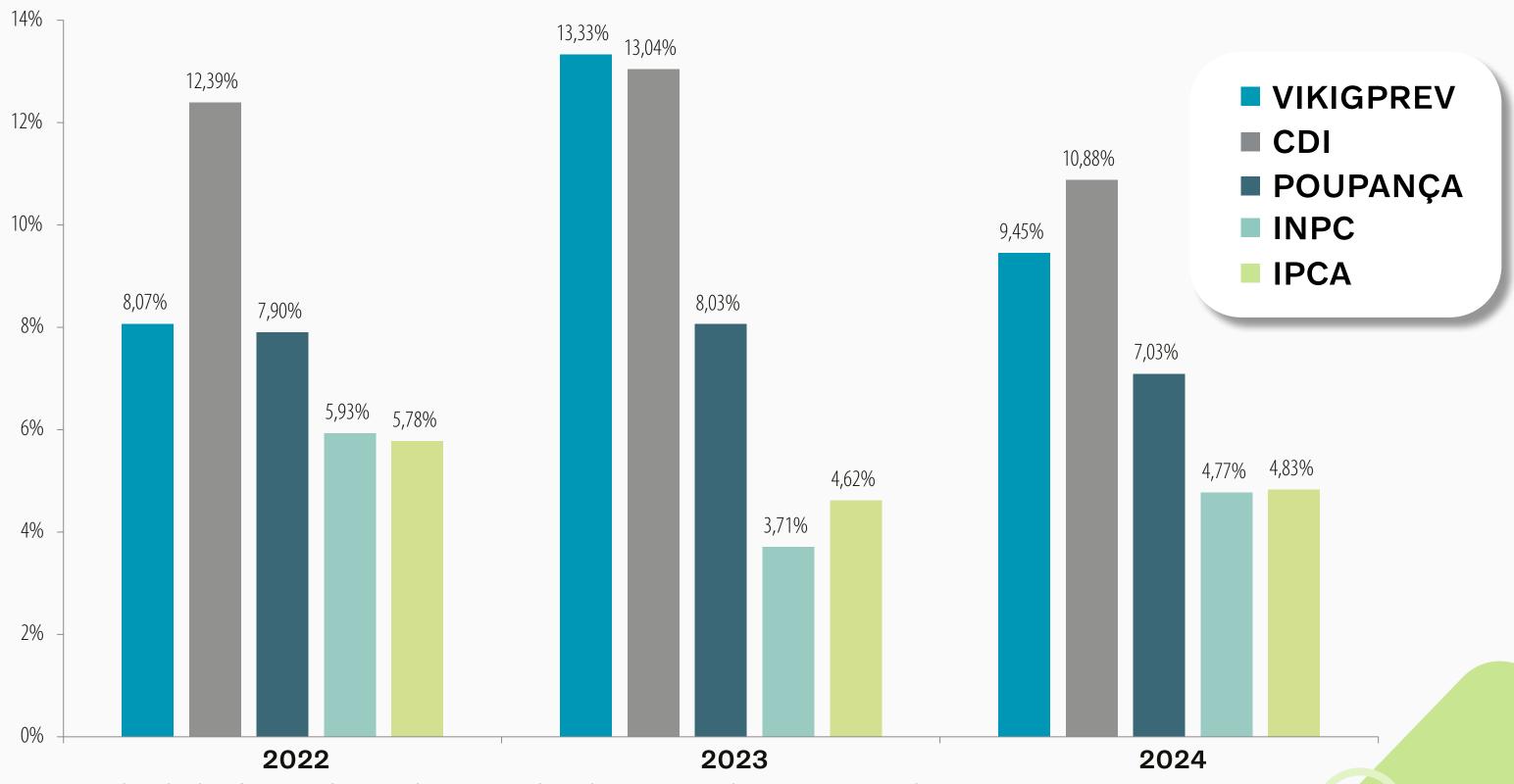
Desse modo, a economia real deve performar bem novamente em 2025, mas isso não será suficiente para anular os efeitos deletérios que uma política fiscal mais expansionista trará para a dinâmica das contas do governo e da dívida bruta. Após as taxas dos títulos prefixados e atrelados à inflação encerrarem 2024 em um dos piores níveis em 10 anos, é difícil ver espaço para pioras adicionais, mas elas não podem ser descartadas. Assim, até onde as taxas de juros subirão, por quanto tempo e a performance dos mercados dependerão de como o Governo irá encarar os perigosos níveis atuais da dívida diante de um cenário de índices de aprovação baixos, em um ano préeleitoral. Dessa forma, mesmo que haja relevantes prêmios nos diversos ativos de risco, com bolsa de valores ainda em níveis muitos baixos e taxas de juros muito altas, a performance positiva dos mercados dependerá, mais uma vez, das políticas econômicas do atual governo e de seus impactos no nível da dívida pública.



INVESTIMENTOS

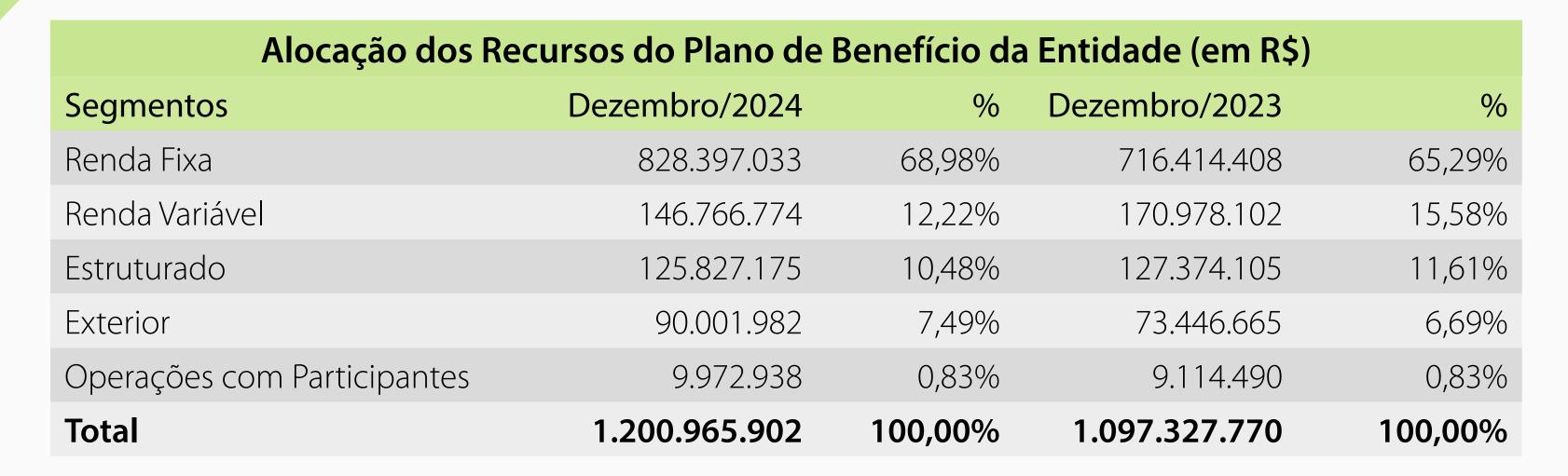
Rentabilidade Líquida do seu Plano

Comparativo da rentabilidade líquida* da Vikingprev com os principais índices econômicos (CDI, poupança, INPC e IPCA) nos últimos 3 anos.



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - 2024

Alocação dos Recursos da Entidade (em R\$)				
Segmentos	Dezembro/2024	%	Dezembro/2023	%
Renda Fixa	845.110.345	69,40%	731.549.920	65,76%
Renda Variável	146.766.774	12,05%	170.978.102	15,37%
Estruturado	125.827.175	10,33%	127.374.105	11,45%
Exterior	90.001.982	7,39%	73.446.665	6,60%
Operações com Participantes	9.972.938	0,82%	9.114.490	0,82%
Total	1.217.679.213	100,00%	1.112.463.283	100,00%



Alocação dos Recursos do PGA (em R\$)				
Segmentos	Dezembro/2024	%	Dezembro/2023	%
Renda Fixa	16.713.312	100,00%	15.135.513	100,00%
Total	16.713.312	100,00%	15.135.513	100,00%

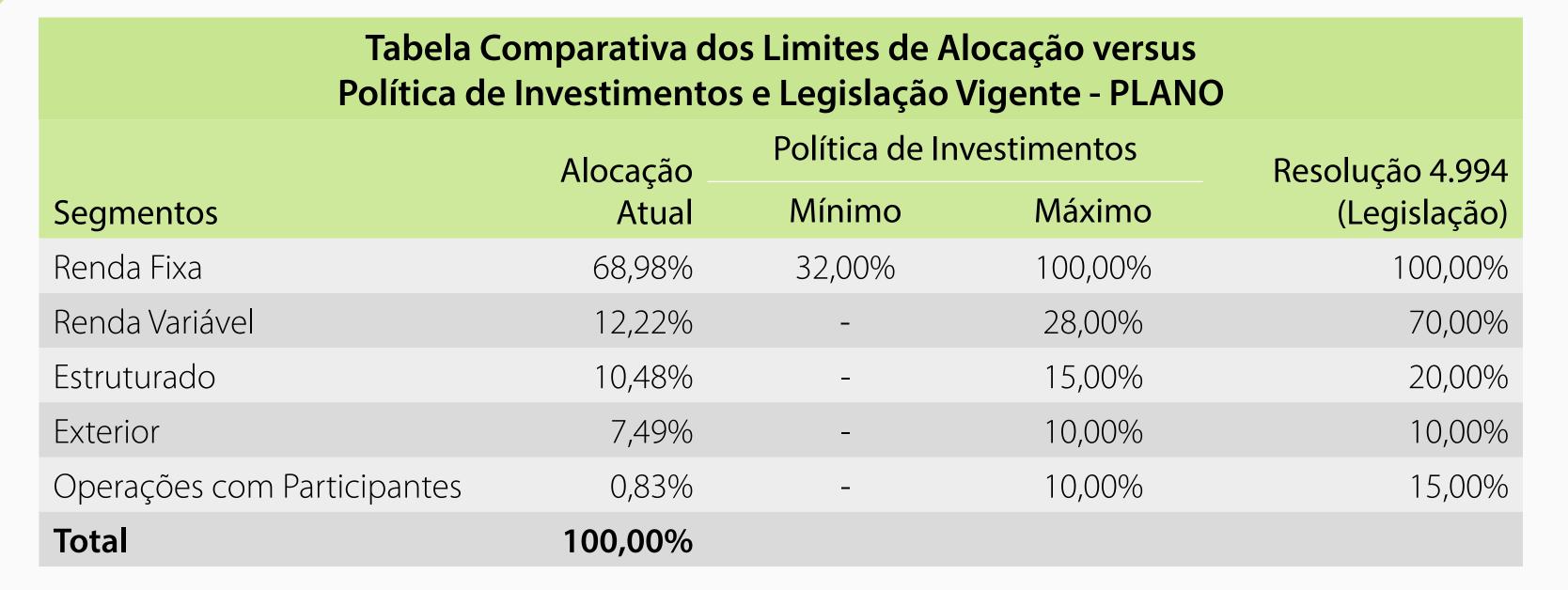


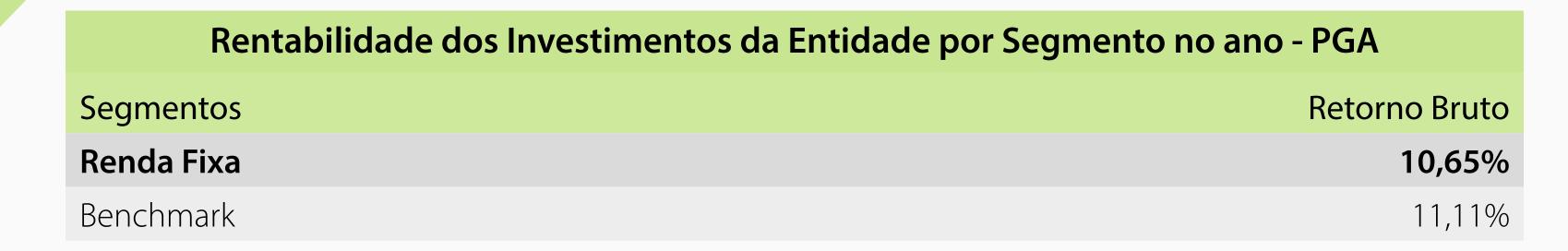
Tabela Comparativa dos Limites de Alocação versus Política de Investimentos e Legislação Vigente - PGA				
	Alocação	Política de In	vestimentos	Resolução 4.994
Segmentos	Atual	Mínimo	Máximo	(Legislação)
Renda Fixa	100%	100%	100%	100,00%
Total	100%			

Modalidades de Aplicação (em R\$)			
	ENTIDADE	PLANO	PGA
Renda Fixa	845.110.345	828.397.033	16.713.312
Carteira / Fundos	541.336.045	524.693.010	16.643.036
Titulos Públicos	295.534.665	295.534.665	_
Valores a Pagar / Receber	7.678.572	7.678.572	_
Caixa (Administrado + Própria)	561.062	490.786	70.276
Renda Variável	146.766.774	146.766.774	_
Fundos de Investimentos	146.766.774	146.766.774	_
Estruturado	125.827.175	125.827.175	_
Fundos de Investimentos	125.827.175	125.827.175	_
Exterior	90.001.982	90.001.982	_
Fundos de Investimentos	90.001.982	90.001.982	-
Operações com Participantes	9.972.938	9.972.938	_
Empréstimos	9.972.938	9.972.938	-
Total do Patrimônio da Entidade	1.217.679.213	1.200.965.902	16.713.312

INFORMAÇÕES DOS INVESTIMENTOS - 2024

Recursos com Gestão Terceirizada (em R\$)			
Gestor de Recursos	Valor Total	%	% Recursos Garantidores
Western	324.668.474	26,89%	26,66%
Bram	429.045.677	35,54%	35,23%
ltaú	327.812.115	27,15%	26,92%
VPREV2020	125.827.275	10,42%	10,33%
Total	1.207.353.541	100,00%	99,15%

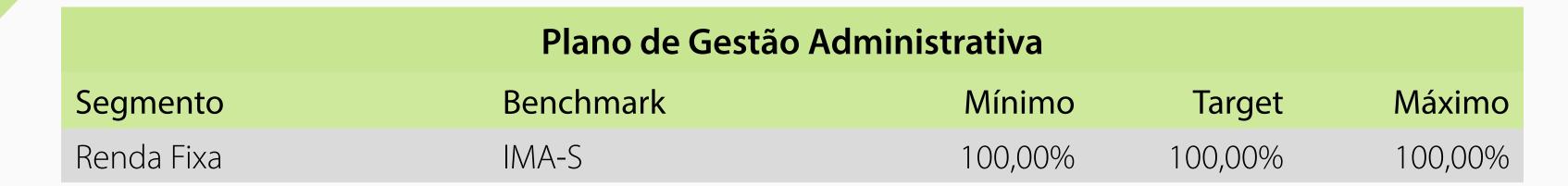
Rentabilidade dos Investimentos da Entidade por Segmento no ano - PLANO		
Segmentos	Retorno Bruto	
Renda Fixa	10,89%	
Benchmark	10,20%	
Renda Variável	-9,42%	
Benchmark	-8,45%	
Estruturado	8,89%	
Benchmark	14,20%	
Exterior	49,13%	
Benchmark	49,65%	
Operações com Participantes	28,29%	
Benchmark	18,32%	
Total	9,89%	
Benchmark	10,22%	



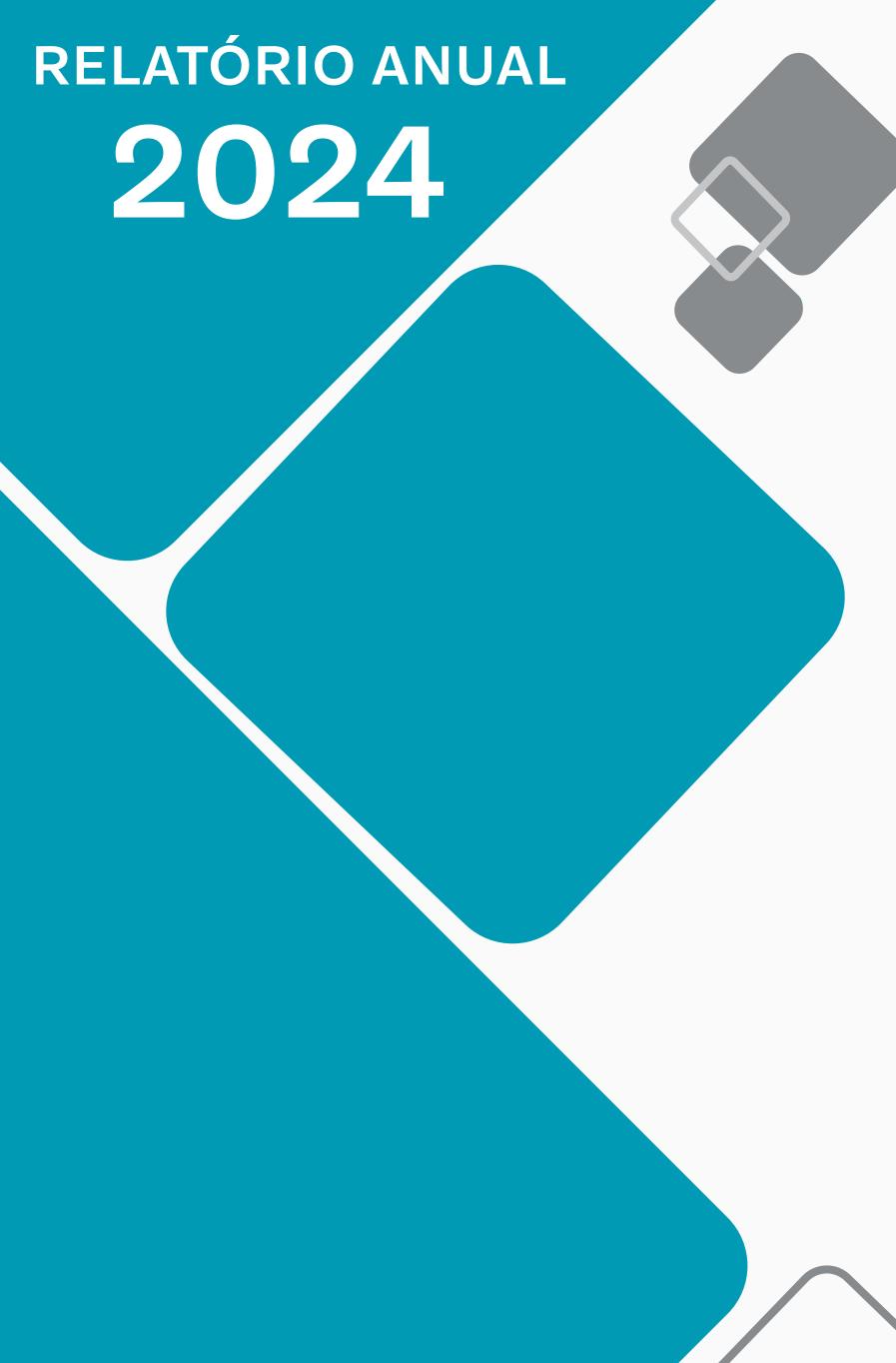
Custos Relacionados a Gestão dos Recu	irsos (em R\$)
Tipo	Acumulado 2024
Cetip	62.987
Consultoria	206.869
CBLC	7
Selic	9.993
Taxa de Administração de Carteira	2.012.785
Taxa de Custódia	323.921
Total	2.616.562

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2025

Plano de Benefícios				
Segmento	Benchmark	Mínimo	Target	Máximo
Renda Fixa	65,38% CDI + 0,5% a.a. + 34,62% INPC + 3,33% a.a.	32,00%	67,90%	100,00%
Renda Variável	30% IBrX-100 + 70% (IBrX-100+2% a.a.)	0,00%	13,90%	28,00%
Estruturado	CDI + 3% a.a.	0,00%	10,40%	15,00%
Exterior	MSCI World c/ var. cambial	0,00%	6,50%	10,00%
Imobiliário	IFIX	0,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	160% do IMA-S	0,00%	1,30%	10,00%
Total	8,75% CDI + 3% a.a. + 24,15% [INPC + 3,33% a.a.] + IMA-S] + 45,6% [CDI + 0,5% a.a.] + 4,2% IBrX-100 +			50%)



Controle dos Principais Riscos			
Segmentos		Segmentos	
Risco de Mercado	\checkmark	Risco Operacional	\checkmark
Risco Legal	\checkmark	Risco de Contraparte (Crédito)	\checkmark
Risco de Liquidez	\checkmark		



SITUAÇÃO ATUARIAL

1. Introdução

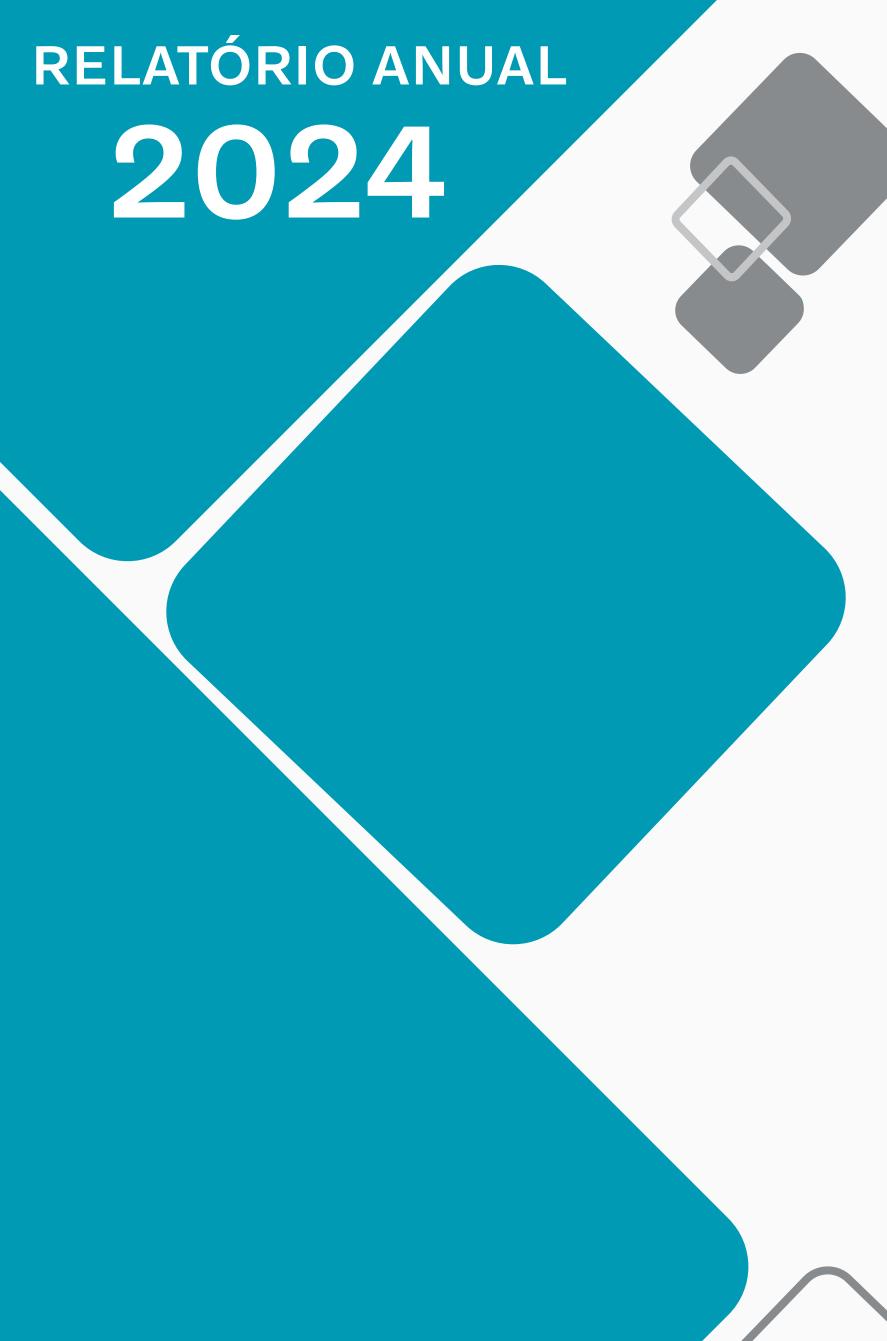
Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev, administrado pela Vikingprev - Sociedade de Previdência Privada, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às seguintes Patrocinadoras em 31 de dezembro de 2024:

- Associação VIKING;
- Volvo Administradora de Consórcio Ltda.;
- VIKINGPREV- Sociedade de Previdência Privada;
- Volvo do Brasil Veículos Ltda.;
- Banco Volvo (Brasil) S.A;
- Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.;
- Volvo Locações e Soluções de Mobilidade Ltda;
- Volvo Equipamentos de Construção Latin America Ltda.



Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021;
- Resolução CNPC nº 42, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021;
- Resolução CNPC nº 50, de 16/02/2022;
- Resolução CNPC nº 58, de 14/11/2023;
- Resolução CNPC nº 61, de 11/12/2024;
- Resolução PREVIC nº 23 de 14/08/2023;
- Resolução PREVIC nº 25, de 15/10/2024;
- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020;
- Portaria PREVIC nº 262, de 16/04/2024;
- Portaria PREVIC nº 308, de 25/04/2024.



No Anexo deste documento serão apresentadas as principais alterações ocorridas em 2024 relativamente aos dispositivos legais que disciplinam as avaliações atuariais dos planos previdenciários e que, em nosso melhor julgamento, foram integralmente observados, quando aplicável, na realização desta avaliação atuarial.

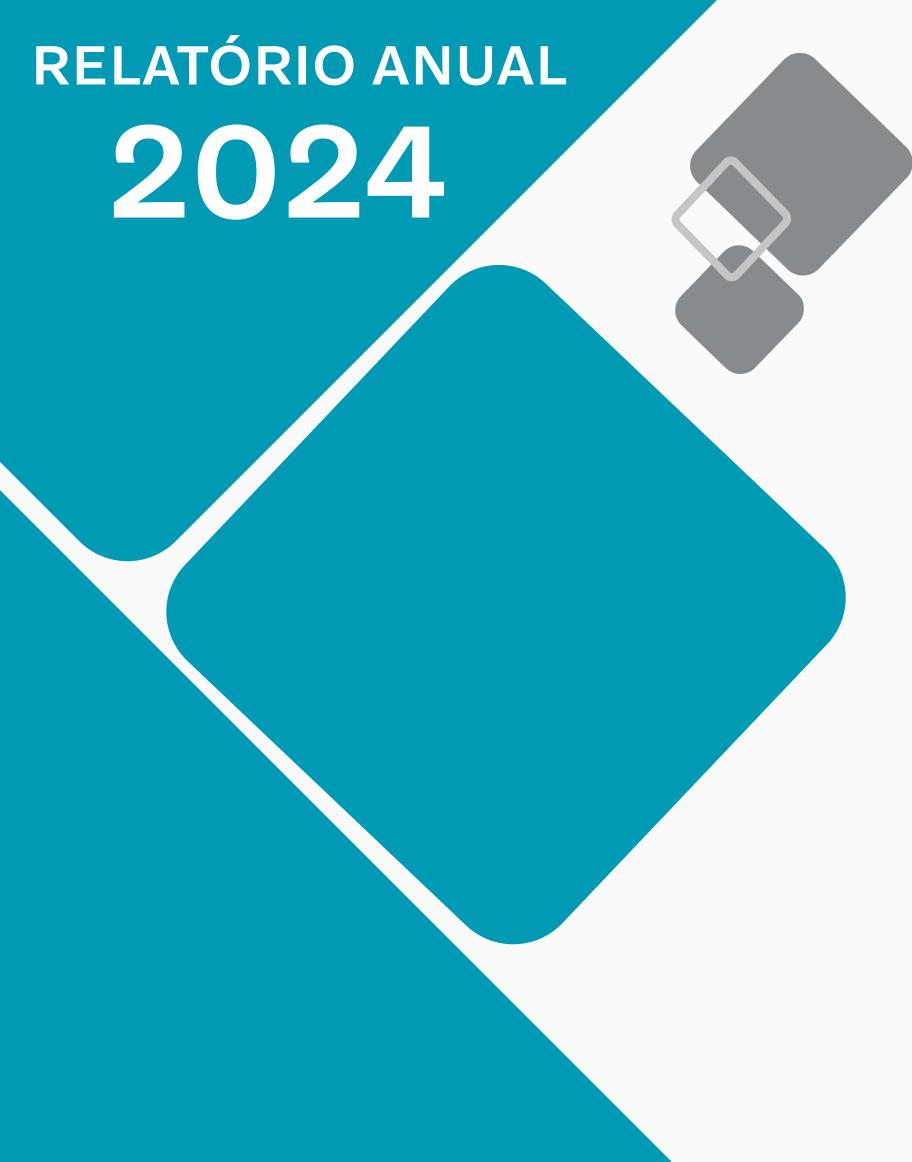
Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para esta Avaliação Atuarial Anual, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

2. Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/07/2024. A base cadastral registrada nesse parecer reflete a posição cadastral de 31/12/2024, em alinhamento feito com a Entidade.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Vikingprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.



A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Vikingprev, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos	
DESCRIÇÃO	
Número	5.300
Idade Média (anos)	38,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	7,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	7,7
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	16,9
Salário Mensal Médio (R\$)	9.671
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	666.322.324



Participantes Autopatrocinados	
DESCRIÇÃO	
Número	99
Idade Média (anos)	45,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	16,3
Tempo Médio de Contribuição (anos)	15,1
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	11,0
Salário Mensal Médio (R\$)	13.437
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	17.293.622

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido	
DESCRIÇÃO	
Número	686
Idade Média (anos)	44,3
Benefício Mensal Médio (R\$) ⁽¹⁾	N/D

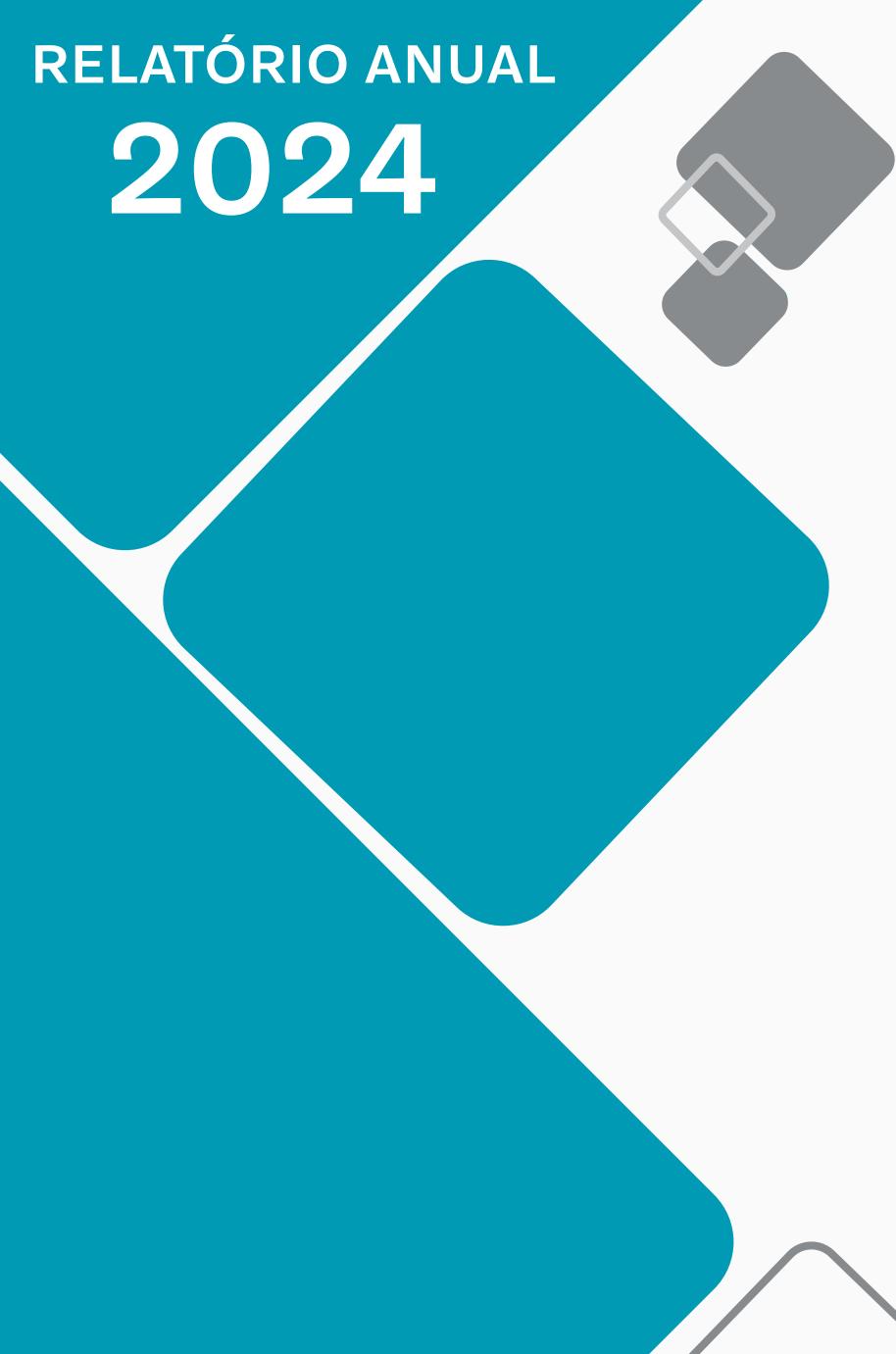
(1) O valor não está disponível pelo fato deste benefício ser calculado no início do seu pagamento, dependendo do saldo do participante na data da concessão do benefício.



Assistidos			
DESCRIÇÃO	RENDA VITALÍCIA	RENDA FINANCEIRA	TOTAL
Aposentados Programados			
Número	103	322	425
Idade Média (anos)	69,3	62,7	64,3
Benefício Mensal Médio em R\$	5.735	5.729	5.730
Aposentados Inválidos			
Número	26	1	27
Idade Média (anos)	61,1	49,7	60,7
Benefício Mensal Médio em R\$	XX	XX	XX
Beneficiários			
Número	36	_	36
Idade Média (anos)	64,2	-	64,0
Benefício Mensal Médio em R\$	959	_	959
Total			
Número	165	323	488
Idade Média (anos)	66,9	62,7	64,1
Benefício Mensal Médio em R\$	3.856	5.715	5.086

Os dados originais da tabela foram substituídos "XX" com a finalidade de preservar informações sensíveis.





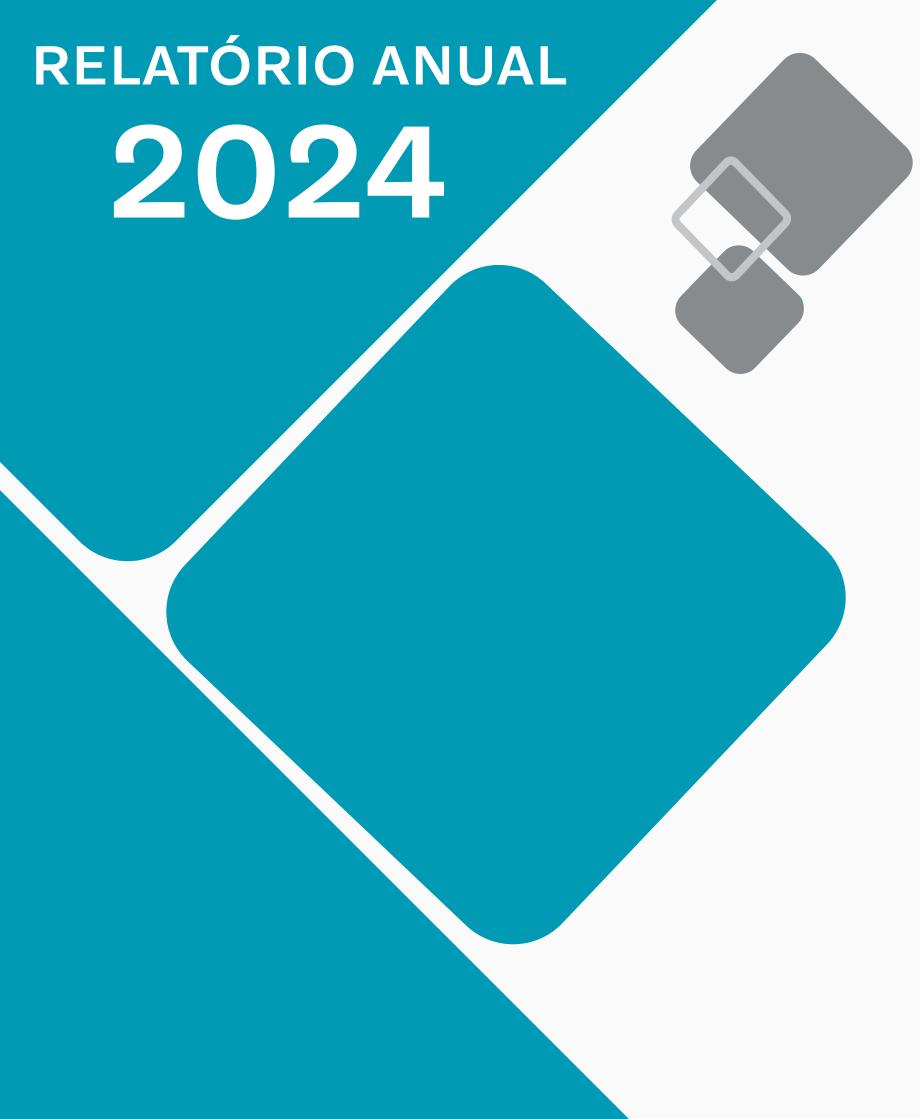
Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.



Taxa real anual de juros (1)	3,33% a.a.
Fator de capacidade	1,00
Tábua de mortalidade geral	AT2000, segregada por sexo, desgravada em 40%
Tábua de mortalidade de inválidos (2)	AT-2000 média, desgravada em 20%
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	Não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não aplicável
Fator de capacidade para os salários	Não aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável
Entrada em aposentadoria	Não aplicável
Composição Familiar	Não aplicável

- (1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;
- (2) A Média da tábua AT-2000 suavizada em 20% corresponde a (50% male; 50% female).



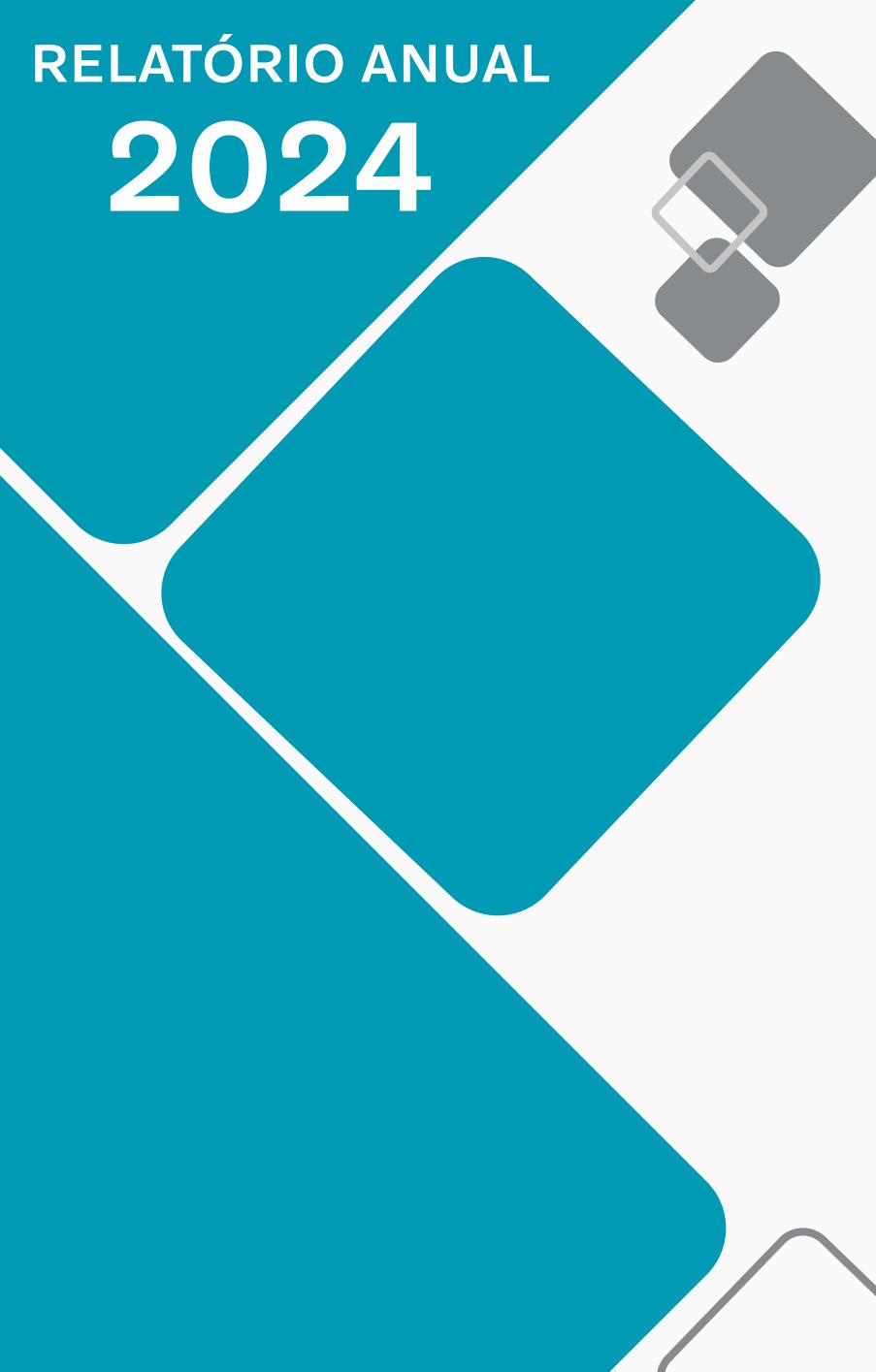
Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na rentabilidade futura, pois se trata de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida em sua fase de acumulação, onde o benefício afetado pelas hipóteses adotadas é a renda mensal vitalícia, em suas diversas modalidades.

Adequação das Hipóteses Utilizadas

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram definidas pela Vikingprev e fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados pela Mercer em 29/09/2024, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Vikingprev e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, na forma da legislação vigente, encontra-se arquivado na Vikingprev.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,11%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.



Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2023 de 11,45 anos é de 3,33% a.a. a 5,16% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 3,29% a.a. para 3,33% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 3,33% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2024.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou na redução de R\$ 549.389 (0,42%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano e também no aumento/redução do nível do custo do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial mencionada acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de "Capitalização Individual" para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev.

Informamos que não ocorreu alteração no método atuarial utilizado na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev.



Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Vikingprev, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2024 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e para Garantias de Operações com Participantes fornecidos pela Vikingprev posicionados em 31/12/2024.

Conta	Nome	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	_
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	_
1.02.01.01.04.02.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.02.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.02.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	-

Nome	R\$
INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	_
INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	_
INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	_
OUTRAS CONTRATAÇÕES	-
INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	_
INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	_
INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	_
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.216.464.803,34
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.179.880.671,78
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.163.333.284,79
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	431.047.749,02
Contribuição Definida	300.253.169,02
Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído	300.253.169,02
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	130.794.580,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	122.084.958,00
	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL OUTRAS CONTRATAÇÕES INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL PATRIMÔNIO SOCIAL PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS Contribuição Definida Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização

RELATÓRIO ANUA	L
2024	

Conta	Nome	R\$
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	8.709.622,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	732.285.535,77
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	732.285.535,77
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	471.088.445,38
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	249.937.521,31
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	3.767.882,19
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	7.491.686,89
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	_
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	_
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	_
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	_
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	_
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-

Conta	Nome	R\$
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	_
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar – Total	-
2.03.01.01.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado -31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.00.3	(-) Déficit Equacionado -31/12/2018	-
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es)- Total	-
2.03.01.01.03.02.01.1	(-) Patrocinador(es)- anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.01.2	(-) Patrocinador(es)- 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.01.3	(-) Patrocinador(es)- 31/12/2018	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes- Total	-
2.03.01.01.03.02.02.1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2016	_

Conta	Nome	R\$
2.03.01.01.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2016	_
2.03.01.01.03.02.02.3	(-) Participantes - 31/12/2018	_
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos- Total	_
2.03.01.01.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2016	_
2.03.01.01.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2016	_
2.03.01.01.03.02.03.3	(-) Assistidos - 31/12/2018	_
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	_
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	_
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	_
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	_
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	16.547.386,99
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	16.547.386,99
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	16.547.386,99
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	16.547.386,99
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	_
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-

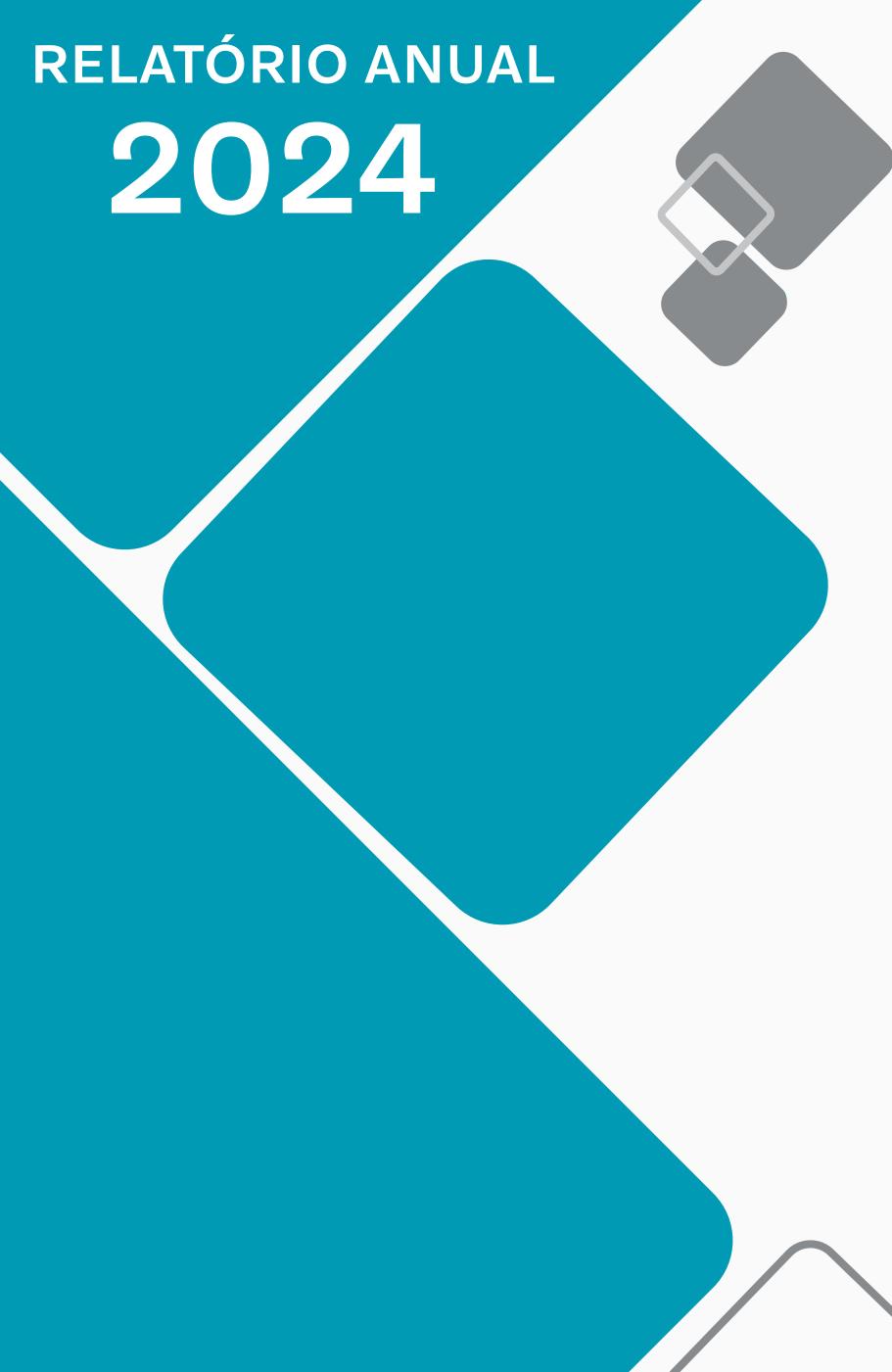
Conta	Nome	R\$
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	_
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	36.584.131,56
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	19.746.113,50
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	19.746.113,50
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	_
2.03.02.01.02.01.00	Participantes Ativos	_
2.03.02.01.02.02.00	Participantes Assistidos	_
2.03.02.01.02.03.00	Patrocinador(es)	_
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	_
2.03.02.01.03.01.00	Outros Fundos – Previstos em Nota Técnica Atuarial	_
2.03.02.01.03.02.00	Fundo de Oscilação de Risco	_
2.03.02.01.03.03.00	Fundo de Retirada	_
2.03.02.01.03.04.00	Fundo Assistencial	_
2.03.02.01.03.05.00	Patrocinador(es) – Reserva Especial	_
2.03.02.01.03.06.00	Participantes – Reserva Especial	_
2.03.02.01.03.07.00	Fundo de Oscilação de Risco – Tábua Geracional	-

Conta	Nome	R\$
2.03.02.01.03.08.00	Fundo de Oscilação de Risco – Rentabilidade dos Investimentos	_
2.03.02.01.99.00.00	OUTROS FUNDOS PREVIDENCIAIS	_
2.03.02.01.99.99.00	Outros – Assistenciais	_
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.147.308,35
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	_
2.03.02.02.01.01.00	Fundo Administrativo com Part. nos Planos	_
2.03.02.02.01.03.00	Fundo Administrativo Permanente	_
2.03.02.02.01.99.00	Outros Fundos Administrativos	_
2.03.02.02.00.00	PARTICIPACÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	_
2.03.02.02.03.00.00	FUNDO ADMINISTRATIVO COMPARTILHADO	16.147.308,35
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	690.709,71

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev vigente em 31 de dezembro de 2024, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev no exercício de 2024.





Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados assistidos).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Vikingprev.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e que foram efetuados estudos pela Mercer que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2024 é positivo em R\$ 3.682.335,50.



Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2023, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

Em função da alteração da taxa de juros do plano, as provisões matemáticas reduziram cerca de 0,42% em relação àquelas recalculadas com as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31/12/2024.

Entretanto, essa redução foi atenuada pela evolução natural das reservas decorrentes os fatores inflacionários e movimentações da base de dados, havendo um aumento nas provisões matemáticas estruturadas em benefício definido, ao comparar com o contabilizado em 31/12/2023, de 3,8%.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

CONTA	A - EVOLUÇÃO TEÓRICA	B - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DO ANO ANTERIOR	VARIAÇÃO	C - RECÁLCULO COM HIPÓTESES VIGENTES NESTA AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO (C/B-1)
Provisões Matemáticas (BD)	128.721.524,24	131.343.969,00	2,0%	130.794.580,00	-0,4%



Variação do Resultado

No exercício de 2024 o Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev encontrava-se superavitário. A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2023, em função da rentabilidade ter sido favorável no exercício de 2024.

Natureza do Resultado

O superávit apresentado em 31/12/2024 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2023, originado, principalmente, em função de ganhos/perdas atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme legislação em vigor, considerando a seguinte fórmula: [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 11,24 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2024.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 58 do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev, o Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições da(s) Patrocinadora(s), às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2025, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

5. Plano de Custeio para o Exercício de 2025

Custos

Para apuração dos compromissos desse plano, foi adotado o método atuarial Capitalização Individual. O método de Capitalização Individual é utilizado na avaliação dos benefícios estruturados na forma de contribuição definida do Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev, sendo os benefícios obtidos a partir das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data da sua aposentadoria. O valor total acumulado, capitalizado com o rendimento dos recursos investidos, resultará no montante final a ser convertido em benefício. Estas contribuições são determinadas conforme o Regulamento do Plano e estimadas para fins da Avaliação Atuarial com base no cenário real de adesão na data-base de dados.

Desta forma, apresentamos na tabela a seguir o plano de custeio previsto para o exercício de 2025:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2024
Total de benefícios	6,32%	32.337.777
Administração	0,40%	2.047.670
Custo Total	6,72%	34.385.447

Os custos demonstrados em Total de Benefícios incluem as contribuições de responsabilidade das Patrocinadoras e Participantes.





Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2024. Ressaltamos que durante o ano de 2025, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Evolução dos Custos

O custo relativo a um plano de contribuição definida varia de acordo com o perfil da população que aderiu ao plano.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a(s) Patrocinadora(s) e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com o percentual incidente sobre a parcela dos Salários Nominais de Contribuição dos Participantes, conforme tabela progressiva abaixo, equivalente à taxa média estimada em 3,65% do Salário (equivalente ao valor anual de R\$ 18.664.751,00):

FAIXAS INTRASSALARIAL EM NÚMEROS DE UPVs	PERCENTUAL
Até as primeiras 10 UPVs	1,70%
A partir de 10 UPVs até 30 UPVs	7,50%
Acima de 30 UPVs	8,50%



Contribuições Administrativas

Para a cobertura das Despesas Administrativas do Plano, a entidade possui o seguinte orçamento para 2025:

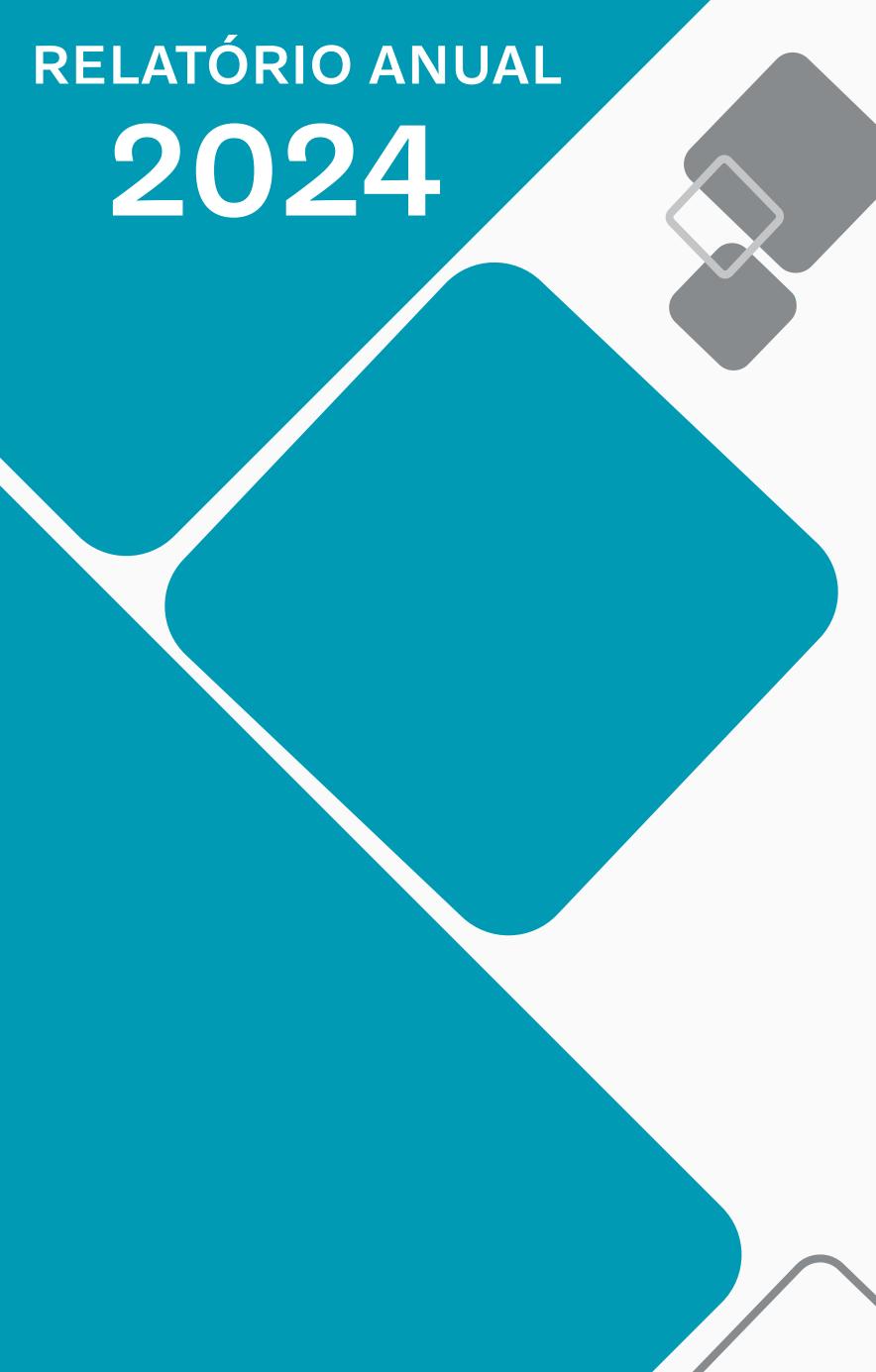
DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2024
Despesas Administrativas	0,40%	2.047.670

Participantes Ativos

Os Participantes ativos poderão efetuar contribuições voluntárias, mensal ou esporádica, equivalente à taxa média estimada em 2,67% do Salário (equivalente ao valor anual de R\$13.673.026,00).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar contribuições correspondente a, no mínimo, 1% do último Salário Nominal de Contribuição do mês imediatamente anterior a rescisão do contrato de trabalho com a Patrocinadora, além da contribuição para custeio das despesas administrativas, que deverá ser com base no mesmo percentual definido para as patrocinadoras do Plano.



Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições mensais a título de custeio das despesas administrativas para o exercício de 2025, que deverá ser com base no mesmo percentual definido para as patrocinadoras do Plano.

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.

6. Conclusão

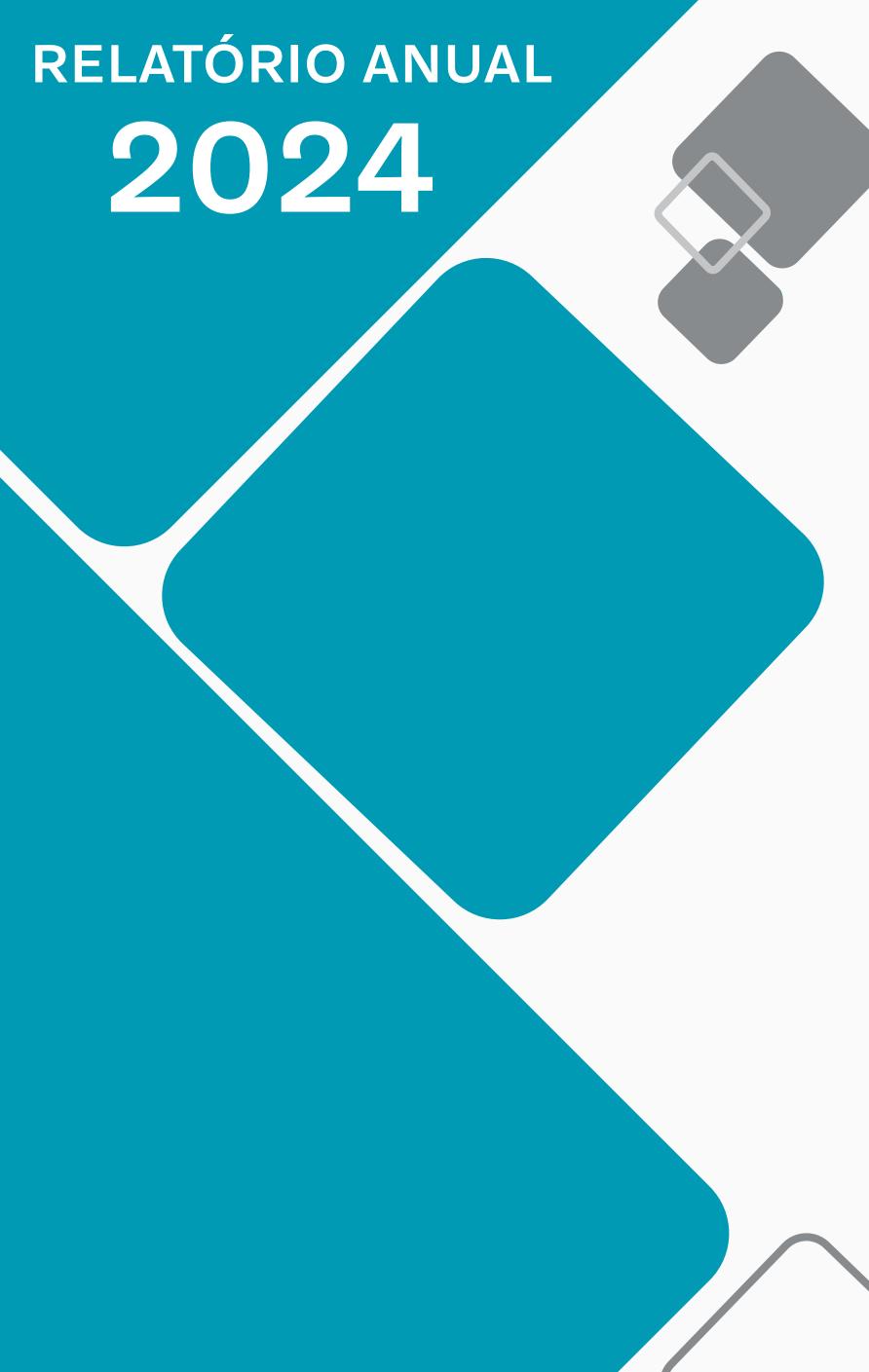
Certificamos que o Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev está superavitário em 31/12/2024. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2025

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Beatriz Aires Pereira – MIBA nº 3.773

Jorge João Sobrinho - MIBA nº 920



Apêndice A

Alterações na Legislação (enfoque atuarial)

Portaria PREVIC nº 308, de 25 de abril de 2024

A Portaria PREVIC nº 308 divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício de 2024, de que trata a Resolução Previc n° 23, de 14 de agosto de 2023, e transfere a competência para publicação futura ao Diretor de Normas.

Resolução PREVIC nº 25, de 15 de outubro de 2024

Altera a Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, que estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional.

Resolução CNPC nº 61 de 11 de dezembro 2024

Altera a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.

DESPESAS

ADMINISTRATIVAS

Confira as nossas despesas de 2024 em comparação com 2023, de forma transparente e discriminada por categoria.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Pessoal e Encargos	1.928.582	1.805.678
Pessoal Próprio	1.928.582	1.805.678
Treinamentos/congressos e seminários	64.118	26.261
Viagens e estadias	16.774	10.872
Serviços de Terceiros	3.219.188	2.740.783
Auditoria Externa	121.161	78.994
Consultoria Atuarial	114.251	110.384
Consultoria Jurídica	10.035	10.171
Gestão/Planejamento Estratégico	64.995	58.430
Comunicação	154.677	198.957
Informática	557.611	259.504
Recursos Humanos	13.380	1.563



DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas Gerais	740.606	716.510
Taxa de Administração	3.109.618	2.419.048
Taxa de Custódia	323.921	283.231
Central de Custódia e Liquid Financ - CETIP	62.987	57.608
Sistema Especial de Liquid e Custódia - SELIC	9.993	9.864
Consultoria de Investimentos	206.869	204.084
TOTAL	5.147.770	4.546.461



Indicadores de Gestão

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa. A Vikingprev passou a adotar os indicadores de gestão destacados a seguir:

DESCRIÇÃO	2024
Taxa de Administração Geral	0,49%
Despesa Total do PGA	R\$ 5.969.268
Valor do Ativo (última posição)	R\$ 1.220.257.149
Custo Médio da Administração Per Capita	R\$ 75,58
Despesa Média do PGA	R\$ 497.439
nº total de participantes e assistidos	6.582
Custo de Administração dos Investimentos	0,24%
Desp com Administração dos Investimentos	R\$ 2.616.562
Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	R\$ 1.110.708.398
Custo de Pessoal/Encargos per capita Previdencial	R\$ 293,01
Despesa com pessoal e encargos (equipe vprev)	R\$ 1.928.582
nº total de participantes e assistidos	6.582



RELATÓRIO ANUAL
2024

DESCRIÇÃO	2024
Desvio/Variações (Orçado x realizado)	_
Despesa Total do PGA - Orçada	_
Despesa Total do PGA - Realizada	R\$ 5.969.268
Receita Administrativa x Despesa Administrativa	98,82%
Receita Administrativa (Custeio Adm + Receita Gestão Investimentos)	R\$ 5.899.057
Despesa Administrativa (Administração dos Planos Previdenciais)	R\$ 5.969.268
Evolução do Fundo Administrativo	8,80%
Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	R\$ 1.421.485
Fundo Administrativo	R\$ 16.147.308
Evolução do Fundo Administrativo	1,32%
Fundo Administrativo	R\$ 16.147.308
Valor do Ativo (última posição)	R\$ 1.220.257.149

GLOSSÁRIO

ATUÁRIO

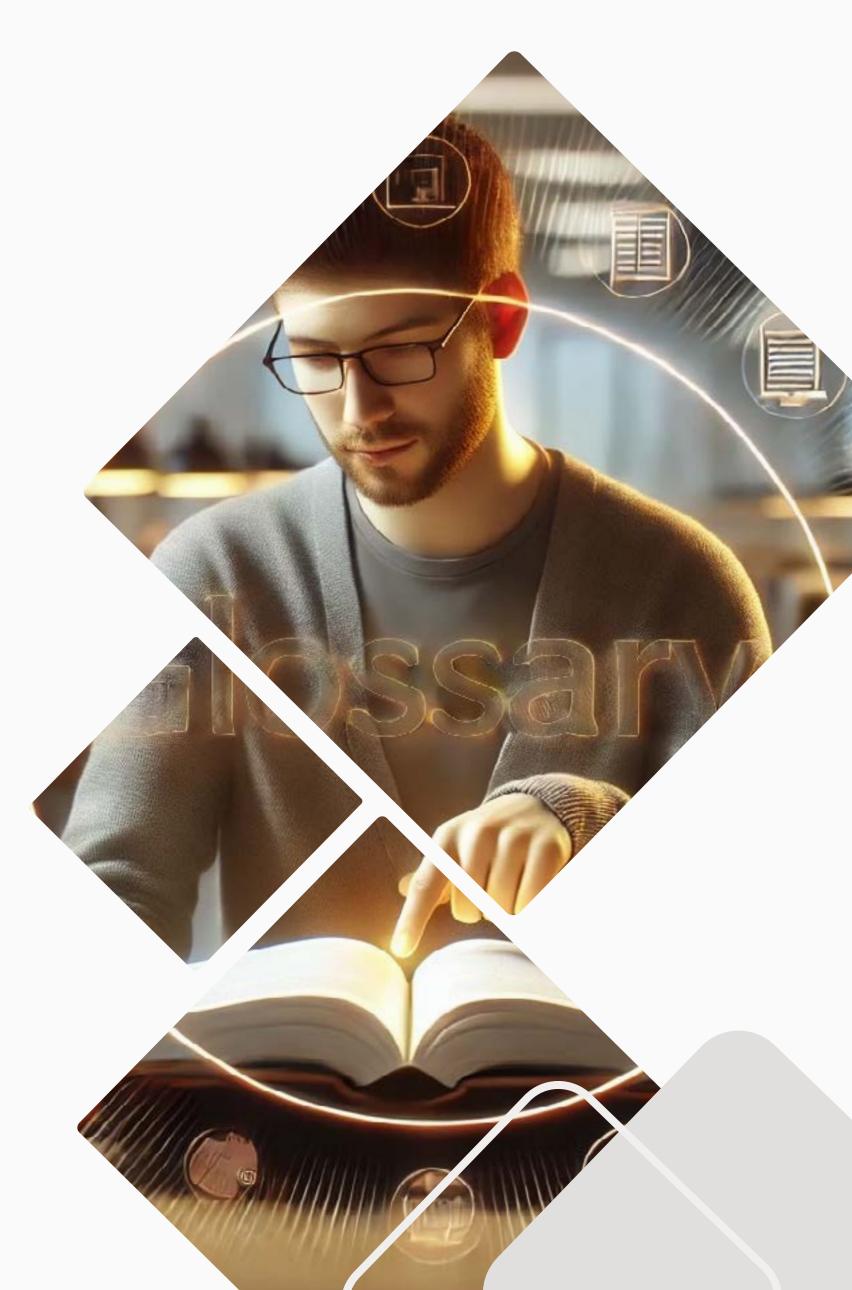
Significará uma pessoa física ou jurídica, habilitada para exercer tal atividade, contratada pela Entidade com o propósito de realizar avaliações atuariais e prestar serviços de consultoria atuarial e correlatos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios, incluindo as despesas administrativas com as atividades de gestão dos investimentos.

FUNDO

Ativo administrado pela entidade, que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da política de investimentos.



META ATUARIAL

Meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos.

PARECER ATUARIAL

Relatório preparado pelo Atuário, um profissional especializado em seguros e previdência, que apresenta estudos técnicos sobre o plano de previdência que estiver analisando. Seu objetivo é avaliar a saúde financeira da entidade para poder honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros.

PARTICIPANTE

É a pessoa que está inscrita como tal no plano. Para conhecer a definição exata de participante e, também, a de beneficiário, leia o regulamento do seu plano.

PATROCINADORA

Empresa que custeia o plano junto com os participantes (isso quando as contribuições dos participantes estão previstas no regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Documento de periodicidade anual que apresenta diversas informações, como:

- 1) critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável etc.;
- 2) objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- 3) limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;
- 4) limites utilizados para a realização de operações com derivativos e



